

BOLETIM MUNICIPAL DE AVEIRO

ANO IX - Nº 18

biblioteca



FL
908
141

BOLETIM MUNICIPAL DE AVEIRO



OFERTA

INTERDITO
AO
EMPRÉSTIMO

bibRIA



PRIMEIRA GRAMÁTICA PORTUGUESA

— «Esta é a primeira anotação que Fernão de Oliveira fez da Língua Portuguesa, dirigida ao mui magnífico senhor e nobre fidalgo, o Sr. D. Fernando de Almada, filho herdeiro do mui prudente e animoso Sr. D. Antão, capitão-geral de Portugal, etc.»

— «Acabou-se de imprimir esta primeira anotação da Língua Portuguesa (...). Em Lisboa, em casa de Germão Galharde, a 27 dias do mês de Janeiro de 1536 anos da nossa salvação. Deo gratias. Todas as coisas têm seu tempo e os ociosos o perdem.»

Fernão de Oliveira

(da dedicatória e do cólofon da
Grammatica da Lingoagem Portuguesa)

BOLETIM MUNICIPAL DE AVEIRO

Publicação Semestral de Índole Cultural e Informativa

Ano IX — DEZEMBRO DE 1991 — Nº 18



bibRIA

BOLETIM Nº 18

DIRECÇÃO: Presidente da Câmara Municipal de Aveiro — Vereador do Pelouro da Cultura

PROPRIEDADE: Câmara Municipal de Aveiro

REDACÇÃO: Praça da República — Aveiro — Tel. 24081 — Fax 22787

SUPERVISÃO: Assessor Cultural da C.M.A.

CAPA: Jeremias Bandarra (Design)

TIRAGEM: 1.000 exemplares

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO: Tipave — Indústrias Gráficas de Aveiro, Lda.

Depósito Legal nº 12 442/86

ISBN 972-9137-13-7

Primeira Gramática Portuguesa	
Fernão de Oliveira	3
Abertura — Prof. Celso dos Santos	7
Fernão de Oliveira — O primeiro gramático	
Aveiro — Terra do seu nascimento... ou da sua família?	
— João Gonçalves Gaspar	9
Efemérides de Aveiro — 1992	18
Alfândega de Aveiro	
Documentação do Arquivo Nacional da Torre do Tombo	
— Inês Amorim	19
Crescimento Demográfico de Aveiro — J. Gaspar	26
Achega para quem tiver de montar o Museu Municipal	
— João Evangelista de Campos	27
Edições da Câmara Municipal	30
Aveiro recupera azulejos antigos — Do “Diário de Aveiro”	31
Noticiário — Redacção	35
Notícias breves — Redacção	53

bibRIA

Os textos assinados são da responsabilidade dos autores.

Os artigos publicados podem ser transcritos, total ou parcialmente, desde que se indique a origem.

Dando satisfação ao propósito que nos compromete, preparámos e fizemos sair mais um número do **Boletim Municipal de Aveiro**, que sempre desejámos fosse uma publicação de índole cultural e informativa. Este não foge à regra, como o leitor pode facilmente observar.

Nas primeiras páginas, fala-se da naturalidade de Fernão de Oliveira, o primeiro gramático português. Considerado como nascido em Aveiro, Mons. João Gaspar é de opinião que o lugar da Gestosa, da freguesia do Couto do Mosteiro (Santa Comba Dão), foi a sua terra natal, embora o diga gerado em Aveiro e o considere justamente como filho de famílias e pais aveirenses. Ao ler este artigo, ficamos com a certeza de que não perdemos um aveirense, embora outra povoação possa ganhar um filho ilustre... se as premissas aduzidas forem consistentes.

A Dra. Inês Amorim, assistente da Faculdade de Letras do Porto, brinda-nos com um trabalho de investigação sobre a Alfândega de Aveiro. Trata-se de um tema acerca do qual pouco se tem reflectido. Desde já continuamos a garantir à autora ter à sua disposição as colunas do **Boletim**, que se verá enriquecido com a sua colaboração.

É já do nosso convívio João Evangelista de Campos. Este conhecido aveirense ocupa o tempo, trazendo à ribalta coisas que outrora fizeram a vida da Cidade e que hoje fazem parte da sua história. O autor ajuda-nos a não perdermos a nossa identidade e a sermos mais aveirenses. Para quem tiver a incumbência de organizar o futuro museu municipal é utilíssima a "achega" que ele nos deixa. Não se esqueçam os acordos assinados, que até parece serem letra morta...

Julgámos de interesse transcrever uma página do "Diário de Aveiro" sobre a recuperação de azulejos, a que se lançaram os Serviços da Cultura. É um trabalho apreciável este que se fica a dever não apenas ao empenho dos responsáveis desta Câmara e deste Pelouro, mas também a alguns funcionários que nele têm posto o seu cuidado, senão mesmo o seu carinho.

Por fim, recordam-se uns tantos acontecimentos ocorridos durante o segundo semestre de 1991, que pensámos realçar; sem pretender menosprezar nenhum deles, sobrelevou-se entre todos, pelo seu próprio valor, pela forma como decorreu e pela aura internacional que adquiriu, a II Bienal de Cerâmica Artística. Nela investimos com determinação, com verbas orçamentais e com pessoal; merecem uma palavra de gratidão, quer as entidades e empresas que nos apoiaram, quer as pessoas — funcionários municipais e outras — que, colaborando e dando-se as mãos, tiveram a alegria de ver o mérito do seu trabalho.

Agradecemos a quem generosamente subscreveu os artigos e teimamos em informar que as portas estão abertas a quem, desejando ser útil a Aveiro e aos Aveirenses, queira dar a conhecer as suas reflexões, dentro da finalidade do **Boletim**.

Aveiro, Dezembro de 1991

O Vereador do Pelouro da Cultura,



(Prof. Celso dos Santos)

The purpose of this study was to investigate the effect of a 12-week training program on the physical and psychological health of sedentary adults. The study was conducted in a laboratory setting and involved 30 participants who were randomly assigned to either a control group or a training group. The training group participated in a 12-week program of aerobic exercise, strength training, and flexibility exercises. The control group remained sedentary throughout the study. Data were collected at baseline, 4 weeks, 8 weeks, and 12 weeks. The results showed that the training group experienced significant improvements in cardiovascular fitness, muscle strength, and flexibility compared to the control group. Additionally, the training group reported a decrease in stress levels and an increase in overall well-being. The findings suggest that a 12-week training program can have positive effects on the physical and psychological health of sedentary adults.

bibRIA

Fernão de Oliveira - O primeiro gramático

Aveiro - Terra do seu nascimento... ou da sua família?...

João Gonçalves Gaspar

Vou novamente debruçar-me sobre a pessoa do primeiro gramático português, o Padre Fernão de Oliveira — ou Fernando Oliveira. Contudo, antes de entrar no tema que hoje pretendo desenvolver, muito rapidamente direi quem foi ele e que obras literárias nos legou; se o faço aqui e agora, é apenas para lembrar as variadíssimas facetas de uma vida de aventura e os títulos dos livros que escreveu.

VIDA E OBRA

Fernão de Oliveira nasceu à volta de 1507, sendo seus pais — ao que se tem dito — Heitor de Oliveira e D. Branca da Costa; reinava em Portugal D. Manuel I e o nome e a fama do nosso País eram conhecidos e louvados não só nas cortes europeias mas também em muitas partes do mundo. Decorria a época venturosa de um povo cujas caravelas cruzavam os mares e cuja acção já se fazia sentir na América do Sul e no longínquo Oriente.

Desde a sua adolescência, foi educado no Convento de S. Domingos, em Évora, onde fez a profissão dos votos religiosos na Ordem dos Pregadores e recebeu a ordenação sacerdotal. Todavia, aos vinte e cinco anos saiu do convento e emigrou para Espanha, obtendo certamente o breve de secularização;⁽¹⁾ teria sido uma ausência pouco demorada, pois, em 1536, publicou em Lisboa a "Gramática da Lingoagem Portuguesa".

Tornou a sair de Portugal, num dos primeiros anos da década de 40, e embarcou de Barcelona para Génova em 1541 ou 1542, tendo sido aprisionado pelas galés de França. Dados os seus conhecimentos náuticos, logo se tornou piloto de um barco gaulês. Voltou para Lisboa em 1543, na companhia do bispo Luigi Lippomano, nomeado núncio apostólico junto da corte de el-Rei D. João III.

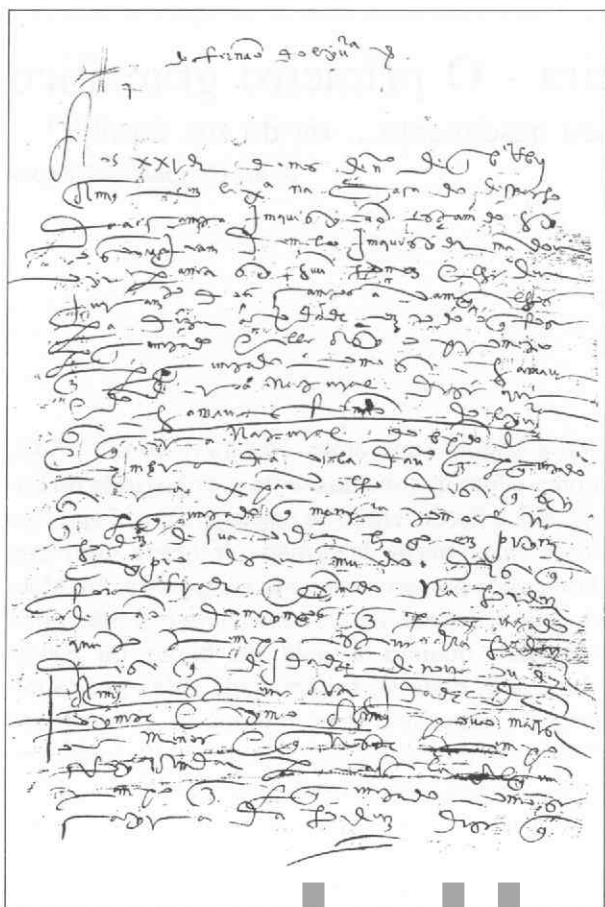
"Constrangido por muita necessidade de pobreza que tinha e fome que padecia",⁽²⁾ com o

frade Miguel Lobo embarcou de novo em 1545, como piloto de uma das vinte e cinco galés do barão de La Garde, então de passagem pelo Tejo; elas iriam fazer parte da armada francesa com que Francisco I projectava invadir a Inglaterra. Em Maio de 1546, Fernão de Oliveira cairia nas mãos dos ingleses, quando a galé do barão de Saint-Blancard, onde ia, foi apresada pela armada inimiga. Decorrido breve tempo, já gozando de liberdade, conseguiu assinalado prestígio em Londres, inclusive na corte de Henrique VIII, que lhe estabeleceria uma tença; mais tarde declarar-se-ia afeiçoado ao monarca, "por ter sido seu criado e comer do seu pão".⁽³⁾

Regressando a Lisboa, em Novembro de 1547 foi sujeito de um processo da Inquisição, há pouco estabelecida em Portugal; fora acusado por afirmações consideradas heréticas, pelo elogio da política religiosa do dissidente Henrique VIII e pelo escândalo que provocava o seu modo de trajar, em nada condizente com a qualidade de sacerdote. Daqui resultou a condenação ao cárcere por tempo indeterminado. Contudo, em Agosto de 1551, ser-lhe-ia concedida a liberdade total, não podendo todavia sair do Reino sem licença.

No ano seguinte, embarcou como capelão religioso numa caravela que fazia parte de uma pequena frota portuguesa de três navios, destinada a auxiliar o destronado rei de Velez, em Marrocos, a recuperar o seu lugar — cujos intentos se goraram. Retornando, Fernão de Oliveira aceitou a hospitalidade de D. António (ou Antão) da Cunha, na Beira.

Nos finais de 1554, aparece nomeado como revisor da imprensa da Universidade, em Coimbra. Mais uma vez preso em Lisboa no mês de Outubro de 1555, às ordens do Santo Ofício, assim esteve durante dois anos. Em 1565, vamos encontrar Fernão de Oliveira em Palmela, como mestre de casos de consciência na escola do Convento dos Freires da Ordem de S. Tiago, auferindo a tença de vinte mil réis na qualidade de clérigo de Missa. Tratar-se-à da mesma pessoa?...



Princípio do depoimento de Fernão de Oliveira, em 29-11-1547, no tribunal da Inquisição. Nas linhas 12-16, lê-se: "... era cristão e per tal se tinha e que recebera água do santo baptismo e que fora baptizado na Igreja do Couto do Mosteiro, conto do bispo de Coimbra".

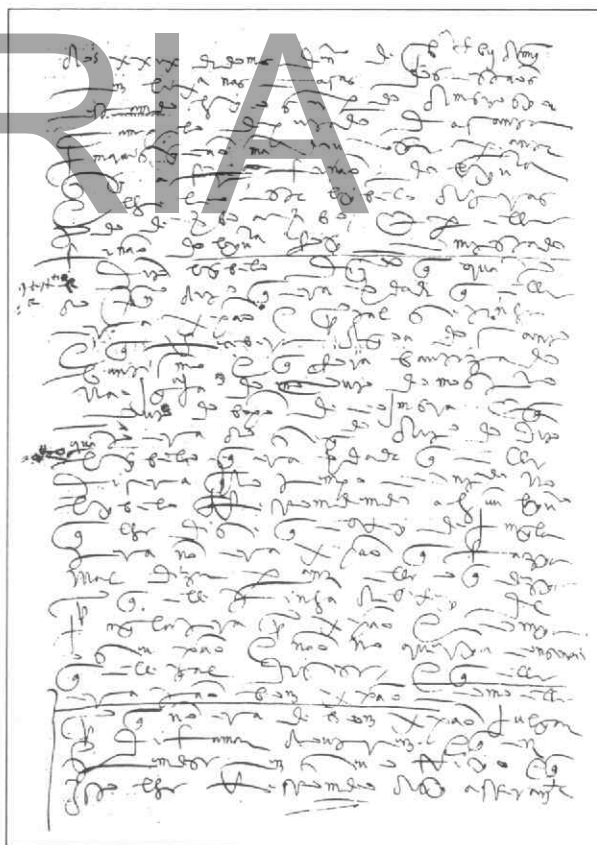
Ainda vivia por 1581, pois é deste ano ou pouco depois a redacção da sua "História de Portugal". Onde estaria ele? Apoditicamente não se sabe, como também se desconhece o que mais fez, onde viveu os últimos anos e quando faleceu. Colocando-se no partido dos defensores de D. António, Prior do Crato, nas lutas pela sucessão do trono português, teria emigrado para França e aí acabaria por morrer? É uma hipótese baseada no facto de diversos manuscritos seus se encontrarem na Biblioteca Nacional de Paris, depois de terem pertencido ao espólio do Cardeal Mazarino.

Se a vida de Fernão de Oliveira é assim tão cheia de contrastes e peripécias, a sua actividade literária também nos aparece multiforme, manifestando uma erudição superior, com base tanto em conhecimentos humanistas e cristãos como na experiência vivencial, colhida de muitas maneiras. Recordo seguidamente os títulos das suas obras:

— **Grammatica da Lingoagem Portuguesa**, cu-

ja redacção principal ou final, pelo que se deduz do capítulo XLIV, foi feita em Lisboa e aqui saída do prelo em 27 de Janeiro de 1536; o autor denomina-a como "Primeira anotação",⁽⁴⁾ quase caderno para lhe servir de apontamento anunciador de trabalho com mais fôlego. Por esta publicação, Fernão de Oliveira antecipou-se em quatro anos à Gramática de João de Barros.

— **Arte da Guerra do Mar**, cujo prólogo, dedicado a D. Nuno da Cunha, "capitão das galés do muito poderoso Rei de Portugal Dom João o terceiro",⁽⁵⁾ tem a data de 28 de Outubro de 1554 e, impressa em Coimbra, estava pronta em 4 de Julho de 1555. Tal como nos outros livros, o autor testemunha também neste vastos conhecimentos, hauridos nos clássicos da arte, e regista uma cuidada reflexão até ao ponto de muitas vezes ajustar á guerra do mar as regras seguidas na guerra terrestre; são-lhe familiares não só os textos da Bíblia mas também os grandes vultos da Antiguidade, filósofos, humanistas, poetas, historiadores, políticos e luminares cristãos.



Princípio do depoimento de Fernão de Oliveira, em 29-11-1547, no tribunal da Inquisição. Nas linhas 12-16, lê-se: "... era cristão e per tal se tinha e que recebera água do santo baptismo e que fora baptizado na Igreja do Couto do Mosteiro, conto do bispo de Coimbra".

— **Ars Nautica**, que é uma obra escrita em latim, para maior difusão na Europa; nunca foi impressa e, até há poucos anos, embora referenciada mais tarde por Fernão de Oliveira no prólogo do “Livro da Fábrica das Naus”, tinha-se por perdida; conforme o próprio autor nela indica, foi redigida em 1570, um pouco à pressa e precipitadamente, “devido às nossas muitas ocupações na terra e no mar”.⁽⁶⁾ O autor reclama para si a primazia no tratamento da matéria, “porque ninguém escreveu até agora em nossa língua, nem grega nem latina, nem outra alguma que eu saiba”.⁽⁷⁾ O manuscrito encontra-se arquivado na biblioteca da Universidade de Leiden (Holanda) e foi descoberto e dado a conhecer pelo Prof. Luís de Matos, em 1960.⁽⁸⁾

— **Livro da Fabrica das Naos**, que é um autêntico compêndio de construção naval, “em regras e preceitos ordenados e claros”.⁽⁹⁾ Este trabalho confirma o privilégio de o seu autor ser pioneiro em tais assuntos: escrito em 1580 ou pouco antes, seria apenas impresso em 1898, por iniciativa de Henrique Lopes de Mendonça.

— **Primeyra parte do Livro da antiguidade, nobresa, liberdade e immuidade do Reyno de Portugal**, que Fernão de Oliveira redigiu em 1581 ou pouco depois, com a finalidade que indicou: — “Uma parte da proposição ou tenção deste livro é mostrar como o Reino de Portugal é antigo e foi sempre livre, e nunca vassalo de outra nação”.⁽¹⁰⁾ O manuscrito, que faria parte de uma obra que ficou incompleta, conserva-se na Biblioteca Nacional de Paris.

— **Hestorea de Portugal**, obra também incompleta, manuscrita e inédita, que se guarda igualmente na mesma biblioteca francesa; redigida com idêntica finalidade da anterior, só pode ter sido ordenada depois das Cortes de Tomar, realizadas em Abril de 1581, onde el-Rei D. Filipe I confirmou a liberdade de Portugal.⁽¹¹⁾ É interessante a achega autobiográfica do seu título completo: — “Começa a Hestorea de Portugal, recolhida de escriptores antigos, e cronicas aprovadas, pllo licenciado Fernão liveyra, capellão dos Reys de Portugal de seu tempo”.⁽¹²⁾

— **De re rústica**, do agrónomo latino Lúcio Columela, tradução em português, feita por Fernão de Oliveira; interrompido no Capítulo IX, o manuscrito encontra-se na referida biblioteca parisiense e permaneceu inédito até que foi publicado nos “Anais das Ciências, das Artes e das Letras”, de 1819 a 1821.⁽¹³⁾

FAMÍLIA E TERRA NATAL

Por tudo o que sucintamente ficou referido, podemos concluir que o Padre Fernão de Oliveira, sendo expoente na história da língua portuguesa e na literatura náutica, deve ser considerado, com muita justeza e sem qualquer dúvida, como uma glória da família a que pertenceu e da terra que o viu nascer.

Mas... onde nasceu e qual a sua família? É a pergunta que me sugeriu o tema desta reflexão.

Desde o ano de 1898, quando Henrique Lopes de Mendonça publicou o processo do Tribunal da Inquisição em que Fernão de Oliveira foi réu,⁽¹⁴⁾ tem-se repetidamente dito e escrito que a então vila de Aveiro fora a terra da sua naturalidade.

De facto, no depoimento que fez em 21 de Novembro de 1547, “perguntado como se chamava e donde era natural, disse que se chamava Fernando Oliveira e que era natural do Bispado de Coimbra, da vila de Aveiro.”⁽¹⁵⁾ Dias depois, em 29 de Novembro, respondendo à barra do mesmo Tribunal, diria que “era cristão e por tal se tinha e que recebera água do santo baptismo e que fora baptizado na igreja do Couto do Mosteiro, couto do bispo de Coimbra.”⁽¹⁶⁾

Numa primeira leitura, os dois depoimentos levantam-nos uma dúvida real. Como terá sido possível que o nascimento fosse em Aveiro e o baptismo se realizasse no Couto do Mosteiro, do actual concelho de Santa Comba Dão? E isto pelo simples motivo de que as crianças deviam ser baptizadas “o mais tardar até oito dias contados a partir do seu nascimento,”⁽¹⁷⁾ sob penas cuja gravidade aumentava com a demora;⁽¹⁸⁾ no mesmo século XVI, as Constituições Sinodais do Bispado de Coimbra (1591) viriam também fixar em lei “que, do dia em que o menino ou menina nascer até oito dias primeiros seguintes, seu pai ou mãe ou quem o cargo tiver o faça baptizar na igreja em cuja freguesia viver”.⁽¹⁹⁾ Em tempo posterior, a legislação da Diocese do Porto, por exemplo, conformando-se ao “costume deste Bispado e Constituições antigas”, ordenava em 1687 que todos os recém-nascidos fossem baptizados nas pias baptismas das igrejas matrizes onde os pais fossem fregueses.⁽²⁰⁾ Era ainda tradição, conservada mesmo entre nós até quase aos nossos dias, que, enquanto o baptismo se não ministrasse, a mãe, que estava ausente da cerimónia religiosa, não saía de casa e recebia a criança à porta da sua residência, no regresso da igreja.

Genesis - 10.

Ofício — e até o escrivão António Roiz pode ter abreviado o depoimento — Fernão de Oliveira quis ser claro nos elementos que desejou fornecer aos vindouros, apesar de limitado ou constrangido pela métrica; embora gerado em Aveiro, viria a nascer e a soltar os primeiros vagidos na povoação da Gestosa, da freguesia do Couto do Mosteiro, então do Bispado de Coimbra mas, a partir de 1882, do de Viseu; baptizado na respectiva igreja matriz, dedicada á Mártir Santa Columba, deram-lhe o nome de Fernando (ou Fernão de) Oliveira.

Todavia, a anotação autobiográfica de Fernão de Oliveira proporciona-me algumas considerações para possível esclarecimento do texto.

“Aviger”, na pena do autor, é mesmo Aveiro? Dezenas de anos atrás, ao redigir a “Grammatica da Lingoagem Portuguesa”, referiu-se especialmente a Aveiro, dizendo que a povoação tem este nome “porque dantes, nessa terra, morava um caçador de aves, ao qual, como de alcuinha, chamaram *aveiro*”;⁽²²⁾ assim, convencido de tal etimologia para o topónimo e fiel mesmo a hipotética tradição local, Fernão de Oliveira logicamente não poderia traduzir de outro modo, para latim, o nome de Aveiro, senão por “Aviger”, palavra por ele composta com radicais do mesmo idioma para significar, à letra, “caçador — ou criador — de aves”. No âmbito deste artigo, está fora de questão dizer ou demonstrar que semelhante etimologia se encontra há muito ultrapassada, dados os conhecimentos adquiridos posteriormente.

Ao afirmar, perante o Tribunal da Inquisição, em 1547, que era *natural* de Aveiro, Fernão de Oliveira teria sido levado a isso por um dos três motivos, ou por todos conjuntamente: — ou porque, sem qualquer explicação, desejaria não levantar ondas, por vulgarmente o suporem de Aveiro; ou porque, já palpitando com vida no seio materno, em Aveiro começara a sua existência; ou mesmo porque, com preciosismo de humanista, queria dizer ser originário ou de ascendência aveirense. Aliás, seus pais viveram e casaram em Aveiro, como se depreende do hexâmetro da “Ars Nautica”.

Na verdade, pelo menos desde o século XIV, tem sido constante em Aveiro a presença de pessoas com o apelido “Oliveira”. Luís da Gama Ribeiro Rangel de Quadros e Maia, nas “Genealogias de Famílias Nobres Aveirenses”,⁽²³⁾ anotou que Mem Roiz de Vasconcelos, rico-homem, meirinho-mor de el-Rei D. Dinis, já depois da morte do monarca casou duas vezes — a segunda das quais com D. Constança, filha de Afonso Anes de Brito e de D. Ousenda (ou Ausenda) de Oliveira; na sua descendência irão aparecer em Aveiro, além dos Oliveiras, os Vasconcelos, os Mendes, os Roiz, os

Rangéis, os Ribeiros...⁽²⁴⁾ Alguns Oliveiras tiveram situação de destaque no século XVI.

As azenhas do Cojo ou da Ribeira, em 1500, eram propriedade de D. Margarida Neto, casada com Gaspar Coelho, que foram os progenitores de Gaspar Coelho Barreto e D. Leonor de Oliveira Barreto; esta, que foi a mulher de Simão Pires, da Quinta da Varziela, da freguesia do Préstimo, herdou as referidas azenhas.⁽²⁵⁾

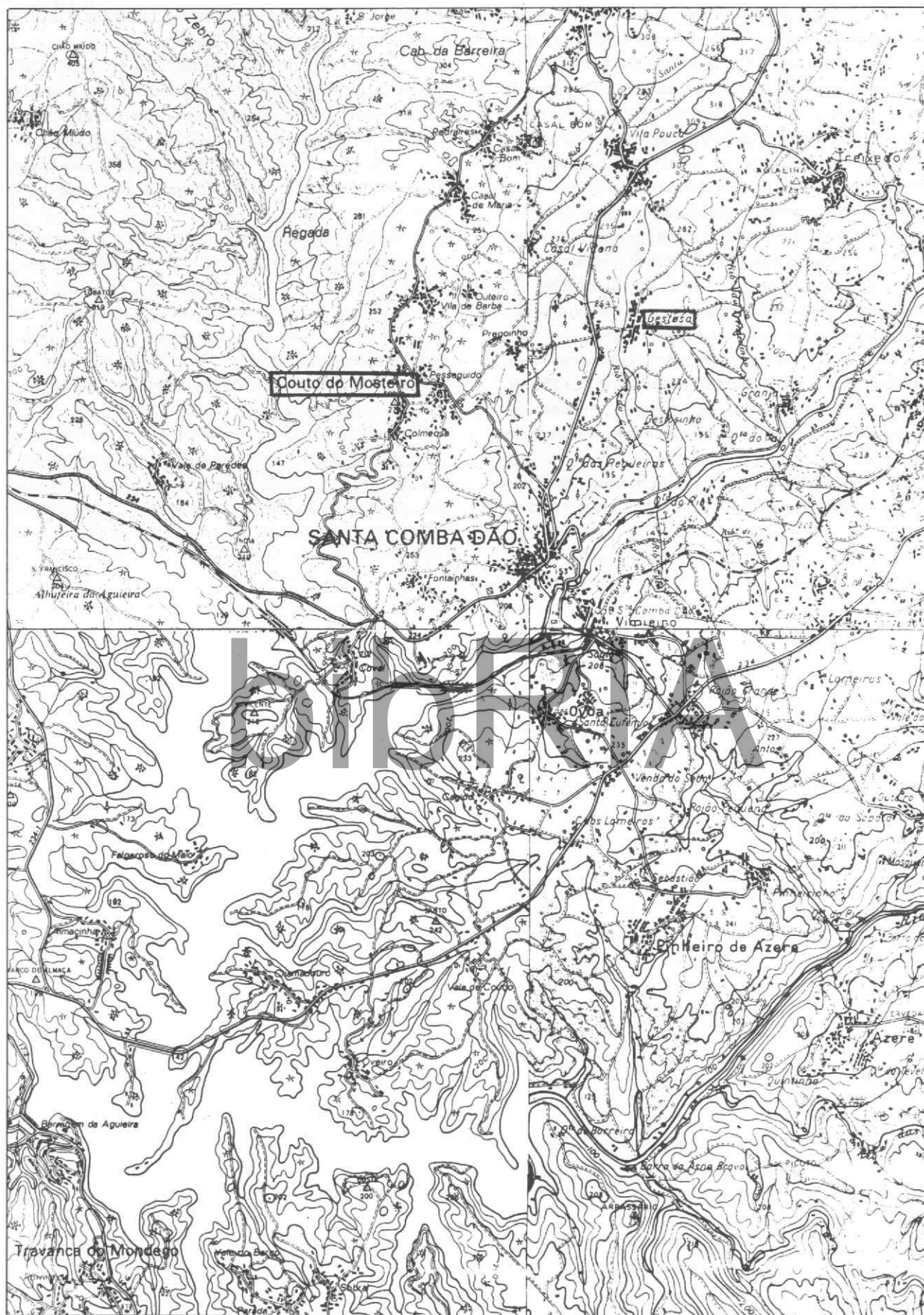
D. Isabel de Oliveira Barreto, filha do último casal, juntou-se em matrimónio com Jorge Fernandes Geta, fidalgo da Casa Real, que, tendo nascido no Vale do Infesto, da freguesia de S. Miguel de Penela, se retirou para Aveiro, por seus conterrâneos lhe imputarem um crime; foram os pais de Mateus Fernandes de Oliveira Barreto, baptizado em 25 de Setembro de 1582.⁽²⁶⁾

Em 1561, um tal Tomé de Oliveira tratou de proceder á abertura de um arruamento na Vila Nova, no sítio da Granja ou Campo do Frade; para isso, em 2 de Dezembro, obteve a autorização do duque de Aveiro, D. João de Lencastre; tempo depois, em 29 de Março de 1566, ele e sua mulher, D. Cristina Pina, deram de aforamento a Jorge Diz, carpinteiro, um pedaço de chão para a construção de uma casa.⁽²⁷⁾

Viveu durante o mesmo século Pedro de Oliveira de Pinho, filho de Pedro de Pinho e de D. Maria de Oliveira, o qual foi marido de D. Leonor Ribeiro, filha de Miguel Ribeiro que, também ele, “passou a viver na vila de Aveiro, onde teve a sua casa”.⁽²⁸⁾ Rangel de Quadros perfilhou a ideia de que Fernão de Oliveira pertenceria a este ramo familiar.⁽²⁹⁾

Nos livros da Misericórdia de Aveiro registam-se também alguns Oliveiras, como um certo Diogo de Oliveira, que tomou juramento em 4 de Junho de 1595;⁽³⁰⁾ talvez seja o mesmo em que, na eleição de 5 de Julho de 1598, os irmãos da Santa Casa “votaram e elegeram para provedor”.⁽³¹⁾ Era grande benemérito, a ponto de, ao fechar-se o ano de 1599, deu à instituição uma boa esmola.⁽³²⁾ É natural que também seja ele o vereador municipal Diogo de Oliveira que, conjuntamente com seus pares, em 27 de Maio de 1598, dirigiu a el-Rei D. Filipe I de Portugal uma carta, recorrendo a Sua Majestade que houvesse por bem conceder à Câmara a autorização de ocorrer às despesas com a procissão de Santa Ana, então padroeira de Aveiro, que a autarquia vinha custeando desde tempos imemoriais.⁽³³⁾

Por este apontamento, vemos como, no século XVI, o patronímico “Oliveira” era vulgar em Aveiro; contudo, se Fernão de Oliveira o usava pelo pai, outrossim podia ostentar o “Costa”, pelo lado materno. Também este apelido corria em Aveiro.



A freguesia do Couto do Mosteiro, no actual concelho de Santa Comba Dão; Gestosa é uma povoação do Couto do Mosteiro.

Efectivamente, viveu em tempo de D. Afonso III, no século XIII. D. Pedro Pires Ferreira, a quem vulgarmente apelidaram Pedro Pires Homem, que foi senhor, entre outras terras, das da Lajeosa e da Gestosa; um seu descendente, Pedro Homem, “foi criado do Infante Regente, filho de el-Rei D. João I, e morreu no mar em uma batalha que deu no serviço de el-Rei e do Infante, no ano de 1446, e jaz sepultado na igreja da Graça, em Lisboa”. Neto deste foi Gil Homem da Costa, o Velho, que exerceu o cargo de provedor dos metais do Reino, nos princípios do século XVI; deixando o lugar, retirou-se para Aveiro, onde casou, pela primeira vez, com D. Brites Nunes Cardoso, filha de D. Isabel da Costa Corte-Real e de João Nunes Cardoso, senhor de Gafanhão (Castro Daire), Freiriz (Vila Verde), Penagate (Nespereira, Guimarães) e da quinta de S. João da Madeira. Grande comerciante e proprietário de embarcações para a pesca do bacalhau, ele e sua mulher doaram, em 1524, o terreno para a fundação do convento franciscano de Santo António, em Aveiro.⁽³⁴⁾

No território da actual freguesia da Vera-Cruz, existiu outrora o chamado Prazo de Gil Homem, também conhecido por Granja da Vila Nova ou Campo do Frade, que se alargava desde a rua do Carril até à rua do Norte (Manuel Luís Nogueira), e desde a rua de S. Paulo (Manuel Firmino) até ao canal de S. Roque. Em 18 de Setembro de 1580, Gil Homem, o Novo, cavaleiro fidalgo da Casa de el-Rei, filho das segundas núpcias de Gil Homem da Costa, o Velho, com D. Brites Bocarro, obteve do duque de Aveiro a autorização para dar de aforamento umas casas, com pomar, vinhas e horta, na referida Granja.⁽³⁵⁾

Recordou-se atrás Jorge Fernandes Geta e sua mulher D. Isabel de Oliveira Barreto; o segundo filho do casal, Manuel de Oliveira Barreto, baptizado em 31 de Maio de 1586, irmão de Mateus Fernandes de Oliveira Barreto, viria a consorciar-se em Aveiro com D. Maria Vieira da Costa, filha de Manuel Vieira da Costa e de D. Leonor da Costa, sua mulher.⁽³⁶⁾

Da mesma centúria é uma outra Leonor da Costa, baptizada em 7 de Setembro de 1583, filha de Manuel André Rangel Migalhas e de D. Isabel Couceiro. Casou com Lourenço Carvalho de Meneses, mas não alcançou geração; com os seus bens e os de seu irmão Pedro Couceiro da Costa, instituiu a capela e o morgado de Vilarinho (Cacia) num filho bastardo do referido irmão, de nome Manuel Couceiro da Costa.⁽³⁷⁾ Também um tal Miguel Correia de Quadros da Veiga, baptizado em 4 de Outubro de 1592, casaria com D. Luísa de Almeida da Costa, filha de Manuel Jorge da Cos-

ta, e seria o instituidor de um morgado na quinta de S. Gregório, que se juntou à dos Santos Mártires, em Aveiro.⁽³⁸⁾

Fernão de Oliveira, se na verdade teve como pais Heitor de Oliveira e D. Branca da Costa, certamente sentiria orgulho em declarar-se de Aveiro; todavia, também não ocultou que, na realidade, nascera na Gestosa e aí soltara os primeiros vagidos. Aliás, esta terra tinha sido pertença de antepassados...⁽³⁹⁾

Semelhante afirmação parece não ficar isolada; as poucas recordações que ele passou a escrito, confirmam que a Beira foi o ambiente da sua infância e da sua adolescência... e não a Estremadura, que então, ao que se julga, se estendia pelo litoral, desde o rio Tejo ao Douro, enquanto aquela região acompanhava esta pelo interior.⁽⁴⁰⁾

Na “Grammatica da Lingoagem Portuguesa”, escreveu: — “Os escudeiros da Beira em sua terra tinham em muito um pelote frisado, o qual não têm em conta depois que fartam os olhos de ver sedas e ouro de cortesão”.⁽⁴¹⁾ No mesmo livro, falando de “dicções”, já em desuso, anotou: — “Porém, se estas e quaisquer outras semelhantes as metermos em mão de um homem velho da Beira ou aldeão, não lhe parecerão mal”.⁽⁴²⁾ Ainda na mencionada gramática, falando de si próprio, sobre a primeira pessoa do indicativo do verbo *ser*, esclareceu que uns dizem *som*, outros *sou*, outros *são* e outros *so*... e acrescenta que João de Barros se inclina pela pronúncia *som*, porque daí mais facilmente se forma o plural de *somos*; e termina: — “Contudo, sendo eu moço pequeno, fui criado em S. Domingos de Évora, onde faziam zombaria de mim os da terra, porque o eu assim pronunciava, segundo que o aprendera na Beira”.⁽⁴³⁾

Mais tarde, na “Arte da Guerra do Mar”, como homem que tinha a experiência como um dos critérios de conhecimento, Fernão de Oliveira, ao verificar os magros campos da Beira com seus próprios olhos em 1554, concluiria: — “O trigo anafil do Alentejo, se o levais à Beira, muda a bondade e corrompe a espécie”.⁽⁴⁴⁾

Na verdade, tendo andado longe das terras dos seus tenros anos, certamente cansado das turbulências da vida, dos desassossegos da sorte e das aventuras sem parança, Fernão de Oliveira, com cerca de quarenta e sete anos de idade, teve alguém que lhe ofereceu hospedagem na sua própria casa; foi D. António ou Antão da Cunha, casado com D. Isabel (ou Violante?) de Abreu, filha de D. Bartolomeu de Paiva, amo e camareiro de el-Rei D. João III. O convidado aceitou a oportunidade, que se lhe abria, de passar algum tempo no

ambiente calmo da sua infância, talvez mesmo na residência dos Cunhas, em Santar, cujas terras D. António herdara, juntamente com as do Barreiro, Senhorim e Sabugosa.⁽⁴⁵⁾ Por razões que ainda se desconhecem, mais uma vez é denunciado à Inquisição, agora pelo anfitrião; mas, desta feita, sem consequências de maior. Nem na Beira, afastado de Lisboa, viveu em paz...

Fernão de Oliveira mantinha com D. António relações especiais de amizade, a tal ponto que, ao terminar a "Arte da Guerra do Mar" em 28 de Outubro de 1554, dedicou o livro ao seu terceiro filho, D. Nuno da Cunha. É mesmo de supor que este fidalgo D. Nuno, capitão de galés, o tenha auxiliado na feitura ou no aperfeiçoamento final da obra. Fora precisamente no verão desse ano que ele "se assinalara no Algarve, na armada de que era general D. Pedro da Cunha, por ocasião de um combate naval contra uns corsários turcos, do qual resultara a derrota destes e o aprisionamento de Xaramet Raes, seu capitão-mor".⁽⁴⁶⁾ É possível que Fernão de Oliveira, tendo ouvido decerto a descrição da peleja narrada pelo próprio D. Nuno, a ela se refira, quando aconselha aos capitães a máxima circunspecção na escolha dos seus mestres e pilotos, acrescentando: — "Bem me ajudará Vossa Mercê nesta parte, pois sabe quanto lhe queimou o sangue o desazo e negligências do primeiro patrão que lhe puseram na sua galé, e como o pôs em extremo de se perder a ignorância ou malícia do segundo, e lhe fez perder a outra fusta que também pudera tomar e a perdeu por não marinharem a vela como era necessário e lhe fazerem perder o vento".⁽⁴⁷⁾

Ao concluir esta anotação sobre a família e a naturalidade do Padre Fernando ou Fernão de Oliveira, talvez se possa dizer:

— que os seus antepassados próximos, Oliveiras e Costas, se encontravam radicados em Aveiro, havia já muitos anos;

— que os seus pais eram naturais de Aveiro, onde se receberam em matrimónio e onde viveram durante os primeiros tempos de casados;

— que não sabemos se, antes de Fernando, o lar fora enriquecido, em Aveiro, com algum filho ou filha;

— que, andando a mãe de esperanças, o casal deslocou-se para a Beira Alta, mas desconhece-se o motivo da saída de Aveiro, se por causa da profissão do pai, se com o intuito de melhorar o nível económico de vida, se por outra razão;

— que D. Branca, estando na povoação da Gestosa, da freguesia do Couto do Mosteiro, deu à luz um menino, que foi baptizado na respectiva

igreja matriz de Santa Columba, com o nome de Fernando (Fernão);

— que a família se conservou pela Beira — Gestosa, Pedrógão ou outra parte — donde Fernão de Oliveira, ainda adolescente, foi para o Convento de S. Domingos de Évora;

— que Fernão de Oliveira, embora nascido na freguesia do Couto do Mosteiro, não negou a sua ascendência nem a terra dos seus pais, dizendo-se mesmo filho de Aveiro;

— que, por isso, é pessoa ilustre da Gestosa e não menos pessoa ilustre de Aveiro, podendo as duas terras considerá-lo como seu, por vontade expressa do próprio Fernão de Oliveira.

João Gonçalves Gaspar

NOTAS

- (1) *Processo Inquisitorial*, transcrito por Henrique Lopes de Mendonça, *O Padre Fernando Oliveira e a sua Obra Náutica*, Lisboa, 1898, pg. 108: — "Perguntado como se saíra da Ordem, disse que fugira e que depois houve uma Letra Apostólica para se fazer clérigo secular e que esta Letra deixou aqui em esta cidade e que agora que a não acha e porém que foi juiz dela o provisor e escrivão João Lopes".
- (2) *Processo Inquisitorial* ref., id., pg. 102.
- (3) Id., pg. 109 e 113.
- (4) *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*, início e final.
- (5) *Arte da Guerra do Mar*, rosto.
- (6) *Ars Nautica*, pg. 106 da 3.^a parte.
- (7) *Livro da Fábrica das Naos*, transcrito por Henrique Lopes de Mendonça, ob. cit., pg. 150.
- (8) Vd. *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira*, Vol. I, N.º 1, Jan.-Março de 1960, Fundação Calouste Gulbenkian, pgs. 239-251.
- (9) *Livro da Fábrica das Naos*, transc. por Henrique Lopes de Mendonça, ob. cit., pg. 149.
- (10) Cit. por Paul Teyssier, *L' "História de Portugal" de Fernando Oliveira après le manuscrit de la Bibliothèque Nationale de Paris*, Separata das *Actas do III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, Vol. I, Lisboa, 1959, pgs. 359-379 (nomeadamente pgs. 363-364).
- (11) *Hestorea de Portugal*, II Parte, Cap. V; Francisco Contente Domingues, *Experiência e conhecimento na construção naval portuguesa do século XVI: Os Tratados de Fernando de Oliveira*, Separata n.º 172 da *Revista da Universidade de Coimbra*, Vol. XXXIII, Ano 1985, pgs. 339-364 (nomeadamente pg. 347; pg. 11 da Separata); Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, Vol. IV, Lisboa, Editorial Verbo, 1978, pgs. 14-19.
- (12) *Hestorea de Portugal*, fl. 1; cit. por Francisco Contente Domingues, ob. ref., pg. 347 (pg. 11 da Separata ref.).
- (13) Publicação cit. no texto, Paris, Tomos IV a XII.

- (14) Henrique Lopes Mendonça, ob. cit., que inclui o Processo Inquisitorial, além do "Livro da Fábrica das Naos". A partir dessa data (1898), ficou liminarmente arredada a tese seguida por Inocêncio Francisco da Silva (*Dicionário Bibliográfico Português*), Tomo II, Lisboa, 1859, pg. 289), segundo a qual Fernão de Oliveira teria nascido em Pedrógão, na província da Beira; esta opinião baseava-se no facto de seu pai aí ter exercido o cargo de juiz dos órfãos, durante algum tempo — o que também não se conseguiu ainda demonstrar.
- (15) Henrique Lopes de Mendonça, ob. cit., pg. 108.
- (16) Id., pg. 101.
- (17) Vg. Constituições de D. Diogo de Sousa, bispo do Porto, Ano de 1496; Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, 2.^a ed., II Tomo, 1968, pg. 564.
- (18) Vg. Constituições de Lisboa, Ano de 1536; *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Vol. IV, pgs. 140-141.
- (19) *Constituições Synodais do Bispado de Coimbra*, Ano de 1591, Título II, Constituição I.
- (20) *Constituições Synodais do Bispado do Porto*, Ano de 1687 (impressas em 1735), Título III, Constituição IV.
- (21) Vd. nota 8.
- (22) *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*, Cap. XXXI.
- (23) *Genealogias de Famílias Nobres Aveirenses*, Leitura, anotações e publicação de Francisco Ferreira Neves, Aveiro, 1957 (Separata do Arquivo do Distrito de Aveiro, Vols. XX a XXIII).
- (24) *Genealogias de Famílias Nobres Aveirenses* cit., pgs. 18-19, etc.
- (25) Id., pgs. 23 e 188; Rangel de Quadros, *Aveiro — Apontamentos Avulsos* (Manuscrito), fl. 125.
- (26) *Genealogias...* cit., pgs. 23, 68 e 188.
- (27) Rangel de Quadros, ob. cit., fls. 144-145.
- (28) *Genealogias...* cit., pgs. 21 e 66.
- (29) Rangel de Quadros, *Aveirenses Notáveis*, Vol. I, fl. 5.
- (30) Arquivo da Misericórdia de Aveiro, Livro n.º 337, pg. 10; Amaro Neves, *O Senhor da Índia*, 1991, pg. 21.
- (31) Id., Livro n.º 122, pg. 8; Amaro Neves, ob. cit., pg. 27.
- (32) Id., Livro n.º 123, pg. 58; Amaro Neves, ob. cit., pg. 23.
- (33) Rangel de Quadros, *Aveiro — Apontamentos Históricas*, Vol. III, fls. 212-213.
- (34) Rangel de Quadros, *Aveiro — Apontamentos Históricos*, Vol. V, fl. 2. Uma das irmãs de João Nunes Cardoso, D. Isabel Nunes Cardoso, foi a mãe de D. Frei Duarte Nunes (Cardoso), bispo titular de Laodiceia — o primeiro bispo português que, ainda sem sé, exerceu o múnus pastoral na Índia, precisamente no primeiro quartel do século XVI.
- (35) Rangel de Quadros, *Aveirenses Notáveis*, Vol. I, fls. 259-261; *Aveiro — Apontamentos Avulsos* (Manuscrito), fls. 139 e ss.
- (36) *Genealogias...* cit., pgs. 188-189.
- (37) Id., pg. 50.
- (38) Id., pg. 26.
- (39) Em pesquisa feita nos livros do Registo Paroquial da freguesia do Couto do Mosteiro, que presentemente se encontram no Arquivo Distrital de Viseu, achámos o assento do baptismo de uma criança, filha de Pedro de Oliveira, em 1554, e outro do óbito de Beatriz, mulher de Estêvão de Oliveira, em 28 de Abril de 1590. Seriam familiares próximos de Fernão de Oliveira?...
- (40) Habitualmente, quando se fala em "Beira", entende-se a região interior de Portugal que se estende entre os rios Tejo e Douro; de facto, já assim era no século XV. As regiões, chamadas províncias, denominavam-se Entre-Douro-e-Minho, Trás-os-Montes, Beira, Estremadura (litoral entre Tejo e Douro), e Entre-Tejo-e-Guadiana. Nos princípios do século XVI, dividiu-se administrativamente o Reino em catorze comarcas: Lisboa, Setúbal, Santarém, Leiria, Alenquer, Évora, Beja, Coimbra, Viseu, Guarda, Porto, Guimarães, Torre de Moncorvo e Reino do Algarve; mas a denominação vulgar continuou. Mais tarde, já nas descrições que fazem do País, tanto Duarte Nunes de Leão ("Descrição do Reino de Portugal", escrita em 1599, mas editada em 1610) como o Padre António de Carvalho da Costa ("Corografia Portuguesa"), de 1706-1708) informam que a parte da Estremadura ao norte do rio Mondego se considerava oficialmente como sendo da Beira. Mas, para o povo, a Beira era... a Beira!
- (41) *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*, Cap. XXVII.
- (42) Id., Cap. XXXVI.
- (43) Id., Cap. XLVII.
- (44) *Arte da Guerra do Mar*, I Parte, Cap. VIII. É evidente que, para Fernão de Oliveira, a Beira não pode ser outra região senão aquela que tradicionalmente sempre assim se chamou, pois as terras de Aveiro e suas redondezas nunca foram propícias à cultura do trigo.
- (45) Em Santar (Nelas), ainda subsistem velhas ruínas do Paço dos Cunhas, de estilo renascentista, que D. Pedro da Cunha mandou construir em 1609, embora integradas no conjunto actual da Casa do Soito, residência apalaçada ao gosto do século XVIII.
- (46) Henrique Lopes de Mendonça, *O Padre Fernando Oliveira e a sua Obra Náutica* cit., pg. 64. A *Arte da Guerra do Mar* apenas se acabou de imprimir, em Coimbra, em 4 de Julho de 1555 (Vd. pg. LXXX, v).
- (47) *Arte da Guerra do Mar*, pg. XXIX, r; I Parte, Cap. XII.

Efemérides de Aveiro (1992)

25-1-1842	Nasceu no lugar do Silveiro, Oiã, Gustavo Ferreira Pinto Basto, que, sendo presidente da Associação Comercial e da Câmara Municipal de Aveiro, prestaria à cidade e ao concelho assinalados serviços.	150 anos
16-2-1617	D. Beatriz de Lara e Meneses tomou de aforamento dezassete pequenas casas com seus quintais; no local mandou ela construir mais tarde o edifício e cerca do Convento de S. João Evangelista, das Carmelitas.	375 anos
16-3-1917	Por alvará deste dia, o Governo Civil de Aveiro aprovou os primeiros estatutos da "Associação de Assistência e Educação", de Eixo, que hoje se denomina "Associação de Assistência de Eixo".	75 anos
19-3-1842	Na Rua do Carmo, nasceu José Reinaldo Rangel de Quadros Oudinot, que se revelaria, além do mais, como historiador de Aveiro, das suas instituições e dos seus filhos mais destacados.	150 anos
26-4-1942	Foi inaugurado o novo edifício dos C.T.T., na Praça de Marquês de Pombal.	50 anos
2-5-1867	Faleceu na Oliveirinha Joaquim de Castro Pereira Corte-Real, último administrador da Casa da Oliveirinha, que fora presidente da Câmara Municipal de Aveiro.	125 anos
15-5-1942	Deixou a presidência da Câmara Municipal de Aveiro o Dr. Lourenço Simões Peixinho que, durante quase um quarto de século, no exercício desse cargo, realizou uma obra notável para a cidade.	50 anos
23-5-1942	Foi colocada a primeira pedra para a construção do Seminário Diocesano de Santa Joana Princesa, na cidade de Aveiro.	50 anos
22-6-1817	A Santa Casa da Misericórdia de Aveiro levou a efeito a extracção de uma lotaria, em favor da construção do seu hospital, na Rua Direita, junto à respectiva igreja, onde existira o palacete dos Marizes Balacós.	175 anos
19-7-1617	O insigne aveirense D. Vasco de Sousa foi nesta data escolhido e proposto para o cargo de reitor da Universidade de Coimbra, que el-Rei D. Filipe II viria a nomear em 29 de Agosto.	375 anos
31-8-1892	Faleceu em Eixo Joana do Mateus, cujo cadáver foi o primeiro a ser sepultado no cemitério local, então construído.	100 anos
17-10-1942	Ao princípio da noite deflagrou um incêndio no edifício do Governo Civil, que destruiu muita documentação, além do prejuízo causado no imóvel.	50 anos
9-11-1792	Pela acta de uma sessão, que a Irmandade do Santíssimo Sacramento, sediada na igreja de S. Miguel, realizou neste dia, sabe-se que era sua propriedade o edifício que existia no local onde, em 1797, foram construídos os actuais Paços do Concelho.	200 anos
25-12-1892	Preenchida por faianças da antiga Fábrica da Fonte Nova e por esta organizada, organizou-se uma exposição na sede do Grémio Aveirense, à Rua Larga, que constituiu um acontecimento digno de registo, tendo mesmo a honrosa visita do bispo-conde de Coimbra, D. Manuel Correia de Bastos Pina.	100 anos

Alfândega de Aveiro

Documentação do Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Por Inês Amorim*

1 — Sabemos que a feição marítima e atlântica de Portugal propiciou um sistema alfandegário normalizado pelo Direito, que o colocou a par da Inglaterra e Repúblicas marítimas italianas⁽¹⁾.

As sisas e as dízimas caracterizavam o sistema tributário vigente nos sécs XIV e XV⁽²⁾, embora pelo menos desde o séc. XIII, se cobra o imposto da dízima sobre o comércio internacional, o de importação, diferenciando-se das portagens próprias do tráfego nacional⁽³⁾. Estes impostos, não únicos, seriam de valor igual (10% cada)⁽⁴⁾.

A Coroa mostrou-se sempre interessada em reservar para si as dízimas devido ao seu crescente rendimento ao longo do séc. XIV⁽⁵⁾. As sisas, porém, desde 1564 foram dadas por encabeçamento aos povos, deixando uma boa parte das sisas das entradas do mar de ser pagas na Alfândega em favor das Câmaras, assim continuando, com algumas interrupções, até finais de XVIII⁽⁶⁾.

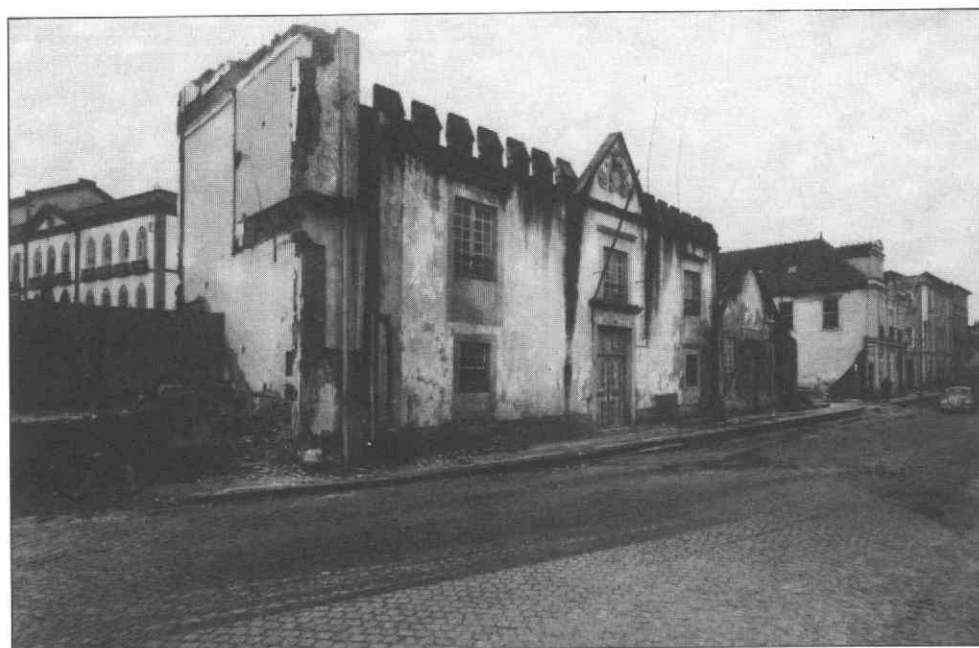
Por volta de 1593 surge o novo imposto do Consulado, em consequência das necessidades de apetrechamento das armadas. Tratava-se duma ta-

xa de 3% sobre entradas e saídas de mercadorias, com excepção de trigo, armas e livros⁽⁷⁾.

Terminada a Guerra de Restauração, as Alfândegas deixaram de desempenhar unicamente o papel tributivo que a Guerra impôs, para estarem ao serviço da economia, com a promulgação em 10 de Setembro de 1668 do "Regimento das Alfândegas dos Portos Secos, Molhados e Vedados". Com este pretende-se:

- uma uniformização do regime aduaneiro do Reino com base no modelo da capital;
- restabelecer os contactos comerciais entre os dois países após a guerra, dentro de determinadas regras⁽⁸⁾;
- a demarcação de fronteiras com o estabelecimento aí de alfândegas, evitando-se encargos tributários sobre as mercadorias no seu trânsito pelo interior do país⁽⁹⁾.

Depois do Terramoto de 1755 e do decreto de 2 de Janeiro de 1756, o Donativo dos 4% oferecido pela cidade de Lisboa para restauro da Alfândega e construção de uma Praça do Comér-



Fachada principal da
Casa da Alfândega
(Fotografia de 1966)

cio, transformou-se numa fonte de receita importante para a defesa do Reino⁽¹⁰⁾.

Este conjunto de imposições leva a que Matias de Carvalho Coutinho de Vasconcelos, Superintendente Geral das Alfândegas da Província da Beira (Aveiro, Buarcos, Vila Maior, Sabugal, Penamacor, Bemposta e Idanha a Nova, e outras Mesas de despacho a que chama Aduanas), afirme em 30 de Janeiro de 1765 que todas as Alfândegas do Reino cobravam 27% de Direitos para Sua Majestade, ou seja, 20% dízima e sisa, 3% consulado, 4% de donativo⁽¹¹⁾.

A acção do Marquês de Pombal foi no sentido de controlar devidamente as Receitas provenientes das Alfândegas, através dum conjunto de medidas das quais extraímos as seguintes:

- a criação do Erário Régio em 22 de Dezembro de 1761, passando a escrituração das Alfândegas a pertencer a esta única tesouraria geral⁽¹²⁾;
- a criação de dois superintendentes gerais das Alfândegas, Alentejo e Reino do Algarve, e o da Beira, Partido do Porto, Minho e Trás os Montes, para evitar os descaminhos do contrabando, pelo alvará de 26 de Maio de 1766⁽¹³⁾;

Reconhecendo-se a desactualização da pauta da Alfândega Grande de Lisboa, baseada na tradição, foi decretada uma Pauta Geral para a Alfândega Grande de Lisboa, aplicável a todas as outras alfândegas do Reino, assinada pelo Visconde de Vila Nova de Cerveira, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, e que por Decreto de 14 de Fevereiro de 1782 da Rainha D. Maria I, foi mandada executar⁽¹⁴⁾. Vigorou até 1837 (até à promulgação da primeira Pauta Geral), apresentando o texto por ordem alfabética para mais facilmente se achar qualquer produto segundo a

sua natureza, espécie, qualidade, classes e artigos pautais, e respectivas taxas do direito aplicável⁽¹⁵⁾.

2. A Alfândega de Aveiro seria das primeiras a existir, pelo menos no séc. XV, juntamente com as de Lisboa, Porto, Foz do Mondego, Buarcos, Viana de Caminha, Foz do Lima, Setúbal, Faro, Bragança e Mértola⁽¹⁶⁾. Desde 1450 se refere um juiz das sisas de dízima do pescado, com indicações de o ser há bastante tempo, e em 1482 surgem escrivães adstritos a estas funções: escrivães da imposição do sal e das dízimas⁽¹⁷⁾.

Não vamos aqui fazer um historial que reservamos para outra ocasião, embora se possa referir que a história da Alfândega de Aveiro seguiu de perto as vicissitudes das Alfândegas do Reino, com o particular aspecto de englobar a importante administração dos fluxos do sal.

3. Uma curiosidade apenas no que se refere à localização do edifício, em que não parece haver total acordo, ou então tratar-se de imóveis diferentes em momentos diferentes, o que é bem possível. Rangel de Quadros indica a "rua a que vem o nome e que mais tarde foi denominada Rua das Bestas, Rua do Vigário Velho, Rua do Alfena, e ultimamente Rua do Tenente Resende"⁽¹⁸⁾, ou seja na Freguesia da Vera Cruz⁽¹⁹⁾. Entretanto a Dr.^a Maria João S., em Aveiro Medieval, localiza junto à porta da Ribeira, "o que tornava as operações de fiscalização e cobrança muito mais fáceis"⁽²⁰⁾. Já o Padre Domingos Maurício, no seu trabalho sobre o Mosteiro de Jesus, localiza-a abaixo do bloco do Alboi, perto do canal⁽²¹⁾, baseado no mapa que se encontra no Museu, dum autor



Vista da Rua da Alfândega,
em Aveiro, vendo-se a Casa
da Alfândega
(Fotografia de 1964)

anónimo do séc. XVIII, um pouco mais para oeste portanto. Curiosamente não se encontra uma descrição deste espaço. É Rangel de Quadros que acrescenta: "o actual edifício é de acanhadas dimensões, e na rua do seu nome que tem tido diversos nomes. É terminado por umas ameias e no meio dellas tem as armas de Portugal e sobre estas a data de 1718"⁽²²⁾. Isto sugere-nos a existência de dois edifícios, sendo o mais recente dos inícios de XVIII. Inclino-me para esta hipótese, tanto mais que num artigo de Fausto de Matos Melo Ferreira, sobre a "Antiga Toponímia de Aveiro"⁽²³⁾, se distingue a Rua da Alfândega Velha, actual Rua do Tenente Resende, freguesia da Vera Cruz, e a Rua da Alfândega, actual Rua do Clube dos Galitos.

4. Hoje, porém, interessa-nos cumprir um compromisso que assumimos com a Câmara Municipal de Aveiro, e seus Serviços Culturais, no sentido de fornecer uma listagem de documentação que interessasse à História Moderna (apenas séc. XVIII) de Aveiro. Neste sentido se insere este pequeno trabalho.

A documentação hoje apresentada refere-se ao núcleo das Alfândegas existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Neste momento encontra-se catalogada a Alfândega do Porto, seguindo-se a de Lisboa, que, pela sua complexidade se irá prolongar por algum tempo. Há alguns anos havia um ficheiro sumário que indicava o conteúdo de algumas espécies, e com determinada catalogação. Com a mudança para as recentes instalações do Arquivo Nacional, houve nova arrumação; daí que se indique N. M., ou seja, numeração moderna, e N. A., numeração antiga, a fim de estabelecer a correspondência exacta.

Os livros indicados e agrupados por caixas (da 119 à 145) foram vistos um a um por não haver agora qualquer ficheiro que discrimine o seu conteúdo e respectiva data. Ou seja, vimos mais de 200 livros. Pela sua análise foi-nos possível avaliar os que se encontravam em mau estado, os que nada possuíam registado, e finalmente aqueles cujos títulos não correspondiam ao conteúdo, estabelecendo com rigor os limites cronológicos de cada um.

Analisando o seu conteúdo, verifica-se que a Alfândega de Aveiro segue de perto a legislação alfandegária ao registar livros de Mesa Grande (dizimas), Portos Secos (sisas), Consulado, e Donativo dos 4%. Porém inclui um lote significativo de documentação respeitante ao sal; livros de Extracção do Sal (saídas por via marítima), e do Donativo do Sal (circulação interna). Com a conjuntura

das Invasões Francesas, surgem impostos específicos como o Novo Direito da Guerra para a Junta Provisional do Porto, Livro N. N. 929, de 1809 a 1814, e que impunha 9600 réis sobre 1 pipa de azeite, e 4800 réis sobre 1 pipa de vinho.

O valor de fontes como estas foi já demonstrado pelos trabalhos de Virgínia Rau⁽²⁴⁾, há bastantes anos, e pena é que o seu exemplo não encontre suficientes seguidores capazes de concretizar uma História das Alfândegas em Portugal. Pela nossa parte tentamos contribuir pelo menos para a História da Alfândega de Aveiro no séc. XVIII.

* Assistente da Faculdade de Letras do Porto



Brasão da Casa da Alfândega; sendo demolido este edifício, o brasão foi colocado no prédio onde está instalado o Salão Cultural do Município.

- (1) Pereira, João Cordeiro, *Para a História das Alfândegas em Portugal*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1983, pág. 9.
- (2) Monteiro, Manuel G., *As Alfândegas no Espaço Português, sua evolução*, in "Ultramar", n. 35, vol. IX, 1969, pág. 4.
- (3) Pereira, João Cordeiro, o.c., pág. 2.
- (4) Silva, Francisco Ribeiro da, *A Alfândega do Porto: os diplomas legais que marcaram a sua evolução secular*, in "A Alfândega do Porto e o Despacho Aduaneiro", Porto, Casa do Infante, 1990, pág. 28.
- (5) Pereira, João Cordeiro, o.c., pág. 25.
- (6) Silva, Francisco Ribeiro da, o.c., pág. 25 e 28. Rendiam para a Coroa apenas as sisas sobre mercadorias de selo (peças de tecido seladas), chapéus, meias, fitas, alcatifas, etc.
- (7) Id., Ibid., pág. 26.
- (8) Id., Ibid., pág. 27.
- (9) Monteiro, Manuel G., o.c., pág. 5.
- (10) Fonseca, F. Belard da, *Alfândegas e Guarda Fiscal*, in "Exposição Histórica do Ministério das Finanças", Lisboa, 1952, pág. 149.
- (11) A.N.T.T., Ministério do Reino, Livro 98B, fol. 3v.
- (12) Fonseca, F. Belard da, o.c., pág. 150.
- (13) Id., Ibid., pág. 151.
- (14) Id., Ibid., pág. 152.
- (15) Silva, Francisco Ribeiro da, o.c., pág. 79.
- (16) Monteiro, Manuel G., o.c., pág. 46.
- (17) Silva, Maria João Violante Branco M. da, *Aveiro Medieval*, Aveiro, Edição da Câmara Municipal de Aveiro, 1991, pág. 73.
- (18) Quadros, Rangel de, *Apontamentos Avulsos*, manuscritos de 1911 a 1916, pág. 336.
- (19) Ferreira, Fausto de Matos Melo, *Antiga Toponímia de Aveiro*, in "Boletim Municipal de Aveiro", Ano VII, n.12, 1989, pág. 52.
- (20) Silva, Maria João Violante Branco M. da, o.c., pág. 116.
- (21) Santos, Padre Domingos Maurício Gomes dos, *O Mosteiro de Jesus de Aveiro*, Lisboa, 1963-67.
- (22) Quadros, Rangel de, o.c., pág. 336.
- (23) Ferreira, Fausto de Matos Melo, o.c., pág. 49 e 52.
- (24) Rau, Virgínia, *Subsídios para o estudo do movimento dos portos de Faro e Lisboa durante o séc. XVII*, in "Anais da Academia Portuguesa de História", II Série, vol. V, Lisboa, 1954. *O movimento da Barra do Douro durante o séc. XVIII: uma interpretação*, in Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto, vol. XXI, fascs. 1-2, Porto, 1958.

bibRIA

Livros da Alfândega de Aveiro existentes no A.N. da Torre do Tombo, Lisboa,
no núcleo designado por ALFÂNDEGA DE AVEIRO

Caixa	N.M.	N.A.	Título	Data	Obsv.
119		742	260 Donativo 4%, L. Receita da contribuição do	1756/58	
		743	261 Donativo 4%, L. Receita da contribuição do	1780/82	
		744	262 Donativo 4%, L. Receita da contribuição do	1783/85	
		745	263 Donativo 4%, L. Receita da contribuição do	1789/91	
		746	264 Donativo 4%, L. Receita da contribuição do	1792/94	
		747	Sal, L. Direitos do Donativo do	1793	
	264A				
120	748A	748	40 Sal, L. Direitos do Donativo do	1762	
			Portos Secos, L. Fianças dos	1762	
		749	41 Portos Secos, L. Receita dos	1762/63	
		750	42 Portos Secos, L. Fianças dos	1763	
		751	43 Mesa Grande, L. Receita da	1763	
		752	44 Sal, L. Direitos do Donativo do	1763	
		753	45 Mesa Grande, L. Receita da	1764	
121		754	46 Portos Secos, L. Receita dos	1764	
		755	47 Portos Secos, L. Fianças dos	1764	
		756	48 Sal, L. Direitos do Donativo do	1764	
		757	49 Portos Secos, L. Receita dos	1765	

122	758	50 Mesa Grande, L. Receita da	1765	
	759	51 Sal, L. Direitos do Donativo do	1765	mau estado
	760	52 Vinho, Novo Subsídio do	1816/20	
	761	53 Vinho, Novo Subsídio do	1824/26	
123	762	499 Portos Secos, L. Fianças dos	1768/69	mau estado
	763	500 Sal, L. Extracção do	1768/76	
	764	501 Consulado, L. Receita dos Direitos do	1769	
	765	502 Mesa Grande, L. Receita da	1769	
	766	503 Portos Secos, L. Receita dos	1769	
	767	504 Sal, L. Direitos do Donativo do	1769	
	768	505 Mesa Grande, L. Receita da	1770	
	769	506 Portos Secos, L. Fianças dos	1770	
124 770A		489 Sal, L. Portos Secos Mesa do	1727/76	não consecutivo
	771	490 Portos Secos, L. Fianças dos	176//66	
	772	491 Mesa Grande, L. Receita da	1766	
	773	492 Portos Secos, L. Receita dos	1766	
	774	493 Sal, L. Direitos do Donativo do	1766	
	775	494 Portos Secos, L. Fianças dos	1767	mau estado
	776	495 Portos Secos, L. Receita dos	1767	
	777	496 Sal, L. Direitos do Donativo do	1767	
	778	497 Portos Secos, L. Fianças dos	1768	
	779	498 Sal, L. Direitos do Donativo do	1768	
125	780	508 Sal, L. Direitos do Donativo do	1770	
	781	509 Mesa Grande, L. Receita da	1771	
	782	510 Fazendas naufragadas navio holandês	1771	
	783	511 Portos Secos, L. Fianças dos	1771	
	784	512 Sal, L. Direitos do Donativo do	1771	
	785	513 Portos Secos, L. Receita dos	1771	
	786	514 Mesa Grande, L. Receita da	1772	
	787	515 Portos Secos, L. Fianças dos	1772	
126	788	516 Portos Secos, L. Receita dos	1772	
	789	517 Sal, L. Direitos do Donativo do	1772	
	790	518 Portos Secos, L. Fianças dos	1773	
	791	519 Mesa Grande, L. Receita da	1773	
	792	520 Portos Secos, L. Fianças dos	1773	
	793	521 Portos Secos, L. Receita dos	1773	
	794	522 Sal, L. Direitos do Donativo do	1773	
	795	523 Consulado, L. Receita dos Direitos do	1773/74	
	796	524 Portos Secos, L. Fianças dos	1774	
127	797	525 Portos Secos, L. Receita dos	1774	
	798	526 Sal, L. Direitos do Donativo do	1774	
	799	527 Mesa Grande, L. Receita da	1775	
	800	528 Portos Secos, L. Fianças dos	1774	
	801	529 Portos Secos, L. Receita dos	1775	
	802	530 Sal, L. Direitos do Donativo do	1775	
	803 530A	Mesa Grande, L. Receita da	1776	
128	804	531 Portos Secos, L. Receita dos	1776	
	805	532 Sal, L. Direitos do Donativo do	1776	
	806	533 Mesa Grande, L. Receita da	1777	
	807	534 Receita da Alfândega	1776	nada contém
	808	535 Sal, L. Direitos do Donativo do	1777	
	809	536 Portos Secos, L. Receita dos	1778	
	810	537 Sal, L. Direitos do Donativo do	1778	
	811	538 Sal, L. Extracção do	1778/93	
	812	539 Consulado, L. Receita dos Direitos do	1779/83	
129	813	540 Mesa Grande, L. Receita da	1778/79	
	814	541 Portos Secos, L. Fianças dos	1779	
	815	542 Sal, L. Direitos do Donativo do	1779	
	816	543 Mesa Grande, L. Receita da	1780	
	817	544 Portos Secos, L. Receita dos	1780	
	818	545 Sal, L. Direitos do Donativo do	1780	
	819	546 Mesa Grande, L. Receita da	1781	
	820	547 Portos Secos, L. Receita dos	1780	guias condenadas de 1773 a 1774

130	821	548	Direito de saca, arrecadação de 1% do	1781/1815	não consecutivo
	822	549	Sal, L. Direitos do Donativo do	1781	
	823	550	Mesa Grande, L. Receita da	1782	
	824	551	Portos Secos, L. Receita dos	1782	
	825	552	Sal, L. Direitos do Donativo do	1782	
	826	553	Mesa Grande, L. Receita da	1783	
	827	554	Receita da Alfândega	1783	nada contém
131	828	555	Sal, L. Direitos do Donativo do	1783	
	829	556	Consulado, L. Receita dos Direitos do	1784	
	830	557	Mesa Grande, L. Receita da	1784	
	831	558	Portos Secos, L. Receita dos	1784	
	832	559	Sal, L. Direitos do Donativo do	1784	
	833	560	Consulado, L. Receita dos Direitos do	1785/91	
	834	561	Mesa Grande, L. Receita da	1785	
132	835	562	Portos Secos, L. Receita dos	1784	nada contém
	836	563	Sal, L. Direitos do Donativo do	1785	
	837	564	Mesa Grande, L. Receita da	1786	
	838	565	Portos Secos, L. Fianças dos	1786	
	839	566	Portos Secos, L. Receita dos	1786	nada contém
	840	567	Sal, L. Direitos do Donativo do	1786	
	841	568	Mesa Grande, L. Receita da	1787	
133	842	569	Portos Secos, L. Fianças dos	1787	
	843	570	Portos Secos, L. Receita dos	1787	nada contém
	844	571	Sal, L. Direitos do Donativo do	1787	
	845	572	Mesa Grande, L. Receita da	1788	
	846	573	Mesa Grande, L. Receita da	1789	
	847	574	Portos Secos, L. Receita dos	1788	
	848	575	Sal, L. Direitos do Donativo do	1788	
134	849	576	Mesa Grande, L. Receita da	1789	
	850	577	Portos Secos, L. Fianças dos	1789	
	851	578	Portos Secos, L. Receita dos	1789	nada contém
	852	579	Sal, L. Direitos do Donativo do	1789	
	853	580	Mesa Grande, L. Receita da	1790	
	854	581	Portos Secos, L. Fianças dos	1790	
	855	582	Portos Secos, L. Receita dos	1790	nada contém
135	856	583	Sal, L. Direitos do Donativo do	1790	
	857	584	Mesa Grande, L. Receita da	1791	
	858	585	Portos Secos, L. Fianças dos	1791	
	859	586	Portos Secos, L. Receita dos	1791	nada contém
	860	587	Sal, L. Direitos do Donativo do	1791	
	861	588	Consulado, Receita dos Direitos do	1792	
	862	589	Mesa Grande, L. Receita da	1792	
136	863	590	Portos Secos, L. Fianças dos	1792	
	864	591	Portos Secos, L. Receita dos	1792	
	865	592	Sal, L. Direitos do Donativo do	1792	
	866	593	Mesa Grande, L. Receita da	1794	
	867	594	Consulado, L. Receita dos Direitos do	1796	
	868	595	Portos Secos, L. Fianças dos	1796	
	869	596	Portos Secos, L. Receita dos	1796	nada contém
137	870	597	Sal, L. Direitos do Donativo do	1796	
	871	265	Mesa Grande, L. Receita da	1793	
	872	266	Portos Secos, L. Fianças dos	1793	
	873	267	Portos Secos, L. Receita dos	1793	nada contém
	874	268	Consulado, L. Receita dos Direitos do	1793/95	
	875	269	Portos Secos, L. Receita dos	1794	
	876	270	Sal, L. Extracção do	1794/802	
138	877	271	Sal, L. Direitos do Donativo do	1794	
	878	272	Portos Secos, L. Fianças dos	1794	
	879	273	Portos Secos, L. Receita dos	1795	nada contém
139	880	274	Mesa Grande, L. Receita da	1795	
	881	275	Sal, L. Direitos do Donativo do	1795	
	882	276	Portos Secos, L. Fianças dos	1795	
	883	277	Donativo 4%, L. Receita da contribuição do	1795/97	
	884	278	Portos Secos, L. Receita dos	1800	nada contém
	885	279	Sal, L. Direitos do Donativo do	1800	
	886	280	Mesa Grande, L. Receita da	1800	

137	887	598	Consulado, L. Receita dos Direitos do	1796/98	
	888	599	Mesa Grande, L. Receita da	1797	
	889	600	Sal, L. Direitos do Donativo do	1797	
	890	601	Mesa Grande, L. Receita da	1798	
	891	602	Sal, L. Direitos do Donativo do	1798	
	892	603	Consulado, L. Receita dos Direitos do	1799/800	
	893	604	Mesa Grande, L. Receita da	1799	
	894	605	Portos Secos, L. Receita dos	1799	nada contém
138	895	606	Sal, L. Direitos do Donativo do	1799	
	896	607	Folhas de ordenados dos oficiais Alfândega	1805/21	
	897	608	Vinho, Novo Subsídio e Direito Adicional do	1809/15	
	898	609	Mesa Grande, L. Receita da	1812	
	899	610	Sal, L. Direitos do Donativo do	1812	
	900	611	Fragatas de Guerra, Direitos de 3%	1812/13	
	901	612	Sal, L. Direitos do Donativo do	1813	
	902	613	Fianças do mar	1813/14	
139	903	614	Falta este Livro		
	904	281	Sal, L. Direitos do Donativo do	1801	
	905	282	Mesa Grande, L. Receita da	1801/02	
	906	283	Consulado, L. Receita dos Direitos do, e 2%	1802	
	907	284	Sal, L. Direitos do Donativo do	1802	
	908	285	Donativo 4%, L. Receita da contribuição do	1801/03	
	909	286	Mesa Grande, L. Receita da	1803	
	910	287	Sal, L. Direitos do Donativo do	1803	
140	911	288	Mesa Grande, L. Receita da	1804	
	912	289	Sal, L. Direitos do Donativo do	1804	
	913	290	Donativo 4%, Receita da contribuição do	1804/06	
	914	291	Consulado, L. Receita dos Direitos do, e 2%	1805	
	915	292	Mesa Grande, L. Receita da	1805	
	916	293	Sal, L. Direitos do Donativo do	1805	
	917	294	Fianças do mar	1802/06	
141	918	295	Fragatas, Nova contribuição para as	1805/06	
	919	296	Consulado, Receita dos Direitos do, e 2%	1806/14	
	920	297	Mesa Grande, L. Receita da	1806/09	
	921	298	Fianças do mar	1806/09	
	922	299	Fragatas, Nova contribuição para as	1806/11	
	923	300	Sal, L. Direitos do Donativo do	1807/08	
142	924	301	Donativo 4%, L. Receita da contribuição do	1807/09	
	925	302	Sal, L. Direitos do Donativo do	1808	
	926	303	Sal, L. Extracção do	1804/15	
	927	304	Portos Secos, L. Receita dos	1808/18	
	928	305	Sal, L. Direitos do Donativo do	1809	
143	929	306	Guerra, Novo Direito da, p/ Junta Prov. Porto	1809/14	
	930	307	Mesa Grande, L. Receita da	1810	
	931	308	Sal, L. Direitos do Donativo do	1810	
	932	309	Donativo 4%, L. Receita da contribuição do	1810/12	
	933	310	Fianças do mar	1810/12	
144	934	311	Mesa Grande, L. Receita da	1811	
	935	312	Fragatas, Nova contribuição para as	1810/11	
	936	313	Sal, L. Direitos do Donativo do	1811	
	937	314	Donativo 4%, L. Receita da contribuição do	1813	
	938	315	Donativo 4%, L. Receita da contribuição do	1814	
	939	316	Donativo 4%, L. Receita da contribuição do	1815/17	
	940	317	Donativo 4%, L. Receita da contribuição do	1820/22	mau estado
	941	318	Donativo 4%, L. Receita da contribuição do	1823	mau estado
	942	319	Donativo 4%, L. Receita da contribuição do	1824	mau estado
145	943	614	Mesa Grande, L. Receita da	1813/15	
	944	615	Fianças do mar	1814	
	945	616	Fragatas, Nova contribuição para as	1814	
	946	617	Sal, L. Direitos do Donativo do	1814	
	947	618	Relação erros cálculo contas da Alfândega	1814/21	
	948	619	Consulado, L. Receita dos Direitos do, e 2%	1815/16	
	949	620	Fianças do mar	1815	
	950	621	Fragatas, Nova contribuição para as	1815	
	951	622	Sal, L. Direitos do Donativo do	1815	

CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO DE AVEIRO

FREGUESIAS	1940	1950	1960	1970	1981	1991
Aradas	3 859	4 441	5 659	6 067	7 907	8 603
Cacia	2 997	3 099	4 385	4 637	5 643	6 488
Eirol	559	631	614	600	649	629
Eixo	2 075	2 239	2 551	2 693	3 749	3 523
Esgueira	4 193	5 089	6 858	8 481	11 653	10 666
Glória	7 371	8 027	9 422	9 391	9 676	10 497
Nariz	1 058	1 156	1 179	977	1 156	1 266
N.ª Sr.ª de Fátima	—	—	—	—	—	1 798
Oliveirinha	3 137	3 465	3 743	3 760	4 376	4 355
Requeixo	2 384	2 640	2 697	2 566	2 738	1 192
Santa Joana	—	—	—	—	—	6 866
São Bernardo	—	—	—	2 613	2 925	3 290
São Jacinto	—	—	1 160	1 588	1 035	850
Vera-Cruz	7 978	9 078	7 787	8 366	9 619	8 869
CONCELHO	35 611	39 865	46 055	51 709	61 126	68 892
AUMENTO: N.ºs	—	4 254	6 190	5 654	9 417	7 766
%	—	+ 11,9%	+ 15,5%	+ 12,3%	+ 18,2%	+ 12,7%

OBSERVAÇÕES

Por este gráfico, nota-se um constante crescimento demográfico no concelho de Aveiro; em cinquenta anos houve um aumento populacional de 93,46%, apesar da emigração para fora dos limites municipais. No entanto, mesmo assim, a realidade deve ser diferente; os próprios técnicos do recenseamento de 1991 afirmam ser de admitir um erro de cerca de 10% a menos no CENSOS/91, pelo que poderíamos aproximadamente contar com 75.000 habitantes.

De facto, quem conhece os meandros de uma cidade e de um concelho em crescimento imparável sabe como há pormenores que facilmente escapam a agentes ocasionais; terá acontecido que não foram recenseadas pessoas a viver em "pátios", tanto na zona urbana como na zona rural; há alugueres desconhecidos quer nos Serviços da Câmara Municipal quer nas Repartições de Finanças; há estudantes universitários que não se terão considerado "presentes"; e até há quem terá tido receio de vir a pagar mais impostos, se se recenseasse.

Não se compreende, por exemplo, qual o critério seguido em São Jacinto, onde está sediado

um quartel militar, pois em 1981 registou 1.035 habitantes e agora apenas 850; nem é facilmente admissível a diminuição registada em Eixo — de 3.749 para 3.523 — quando, além do seu crescimento regular nas décadas anteriores, sabemos do número de novas moradias e de "pátios" na área da freguesia. Mas já se entende o que se refere a Esgueira e à Vera-Cruz, porque em 1984, foi desmembrada dessas freguesias a de Santa Joana; o mesmo sucedendo a Requeixo em 1985, ao separar-se a freguesia de Nossa Senhora da Fátima.

O Presidente da Câmara Municipal diria que o erro de 10% — a ser verídico — prejudica muito o concelho de Aveiro, nomeadamente na atribuição das receitas provenientes do Fundo de Equilíbrio Financeiro; e o Dr. José Girão Pereira adiantaria um alvitre: — "Se fossem as Autarquias Municipais a fazerem o recenseamento, com a colaboração das Juntas de Freguesia, essa margem de erro diminuiria bastante".

J.G.

Achega para quem tiver de montar o Museu Municipal

João Evangelista de Campos

Esta ACHEGA destina-se, principalmente, a ajudar quem tiver de fazer a montagem do Museu de Aveiro que a Câmara Municipal pretende efectuar. São elementos que me vieram às mãos nas minhas pesquisas e, pelo que se vê dos sublinhados que fiz, verifica-se que os objectos cedidos pela Câmara o foram a título de depósito; e, até, numa das actas se consignou que o Museu Regional de Aveiro e a Confraria do Santíssimo Sacramento da Glória ficavam obrigados à restituição dos objectos cedidos, logo que a Câmara o exija.

Calculo que, quanto aos artigos que serviram de base à criação do Museu em 1930 (ofertas do saudoso e estudioso aveirense Dr. Alberto Souto), não haverá qualquer problema para fazerem parte do Museu Municipal, pois devem estar reunidos e à guarda do Museu Nacional de Aveiro — e foram-no com a devida autorização ministerial, conforme consta da informação dada pelo Dr. Alberto Souto e registada na acta da Câmara Municipal quando recebeu esses objectos. Quanto aos outros, ou porque estarão inventariados como pertencentes àquele Museu ou pela invocação de usucapião, é mais difícil — talvez — obter a sua restituição. Suponho, no entanto, que tais objectos não interessarão ao Museu Nacional, pois este é especialmente de Arte Sacra, sendo pois natural que, por ordem superior, eles possam ser entregues para figurarem no Museu Municipal.

Esta ACHEGA dá porém — penso eu — a quem tiver de fazer a montagem do Museu Municipal os elementos de prova que eles pertencem à Câmara Municipal e, portanto, devem ser expostos neste Museu.

Vejamos, pois, o que consegui averiguar a tal respeito:

Como se vê do officio n.º 150 do Governo Civil de Aveiro, datado de 4 de Setembro de 1911 e assinado pelo Dr. Rodrigo José Rodrigues, foi este quem tomou a iniciativa de destacar o amanuense João Augusto Marques Gomes, cidadão de muito e reconhecido mérito e competência como antiquário, escritor e, também, cultor de arte —

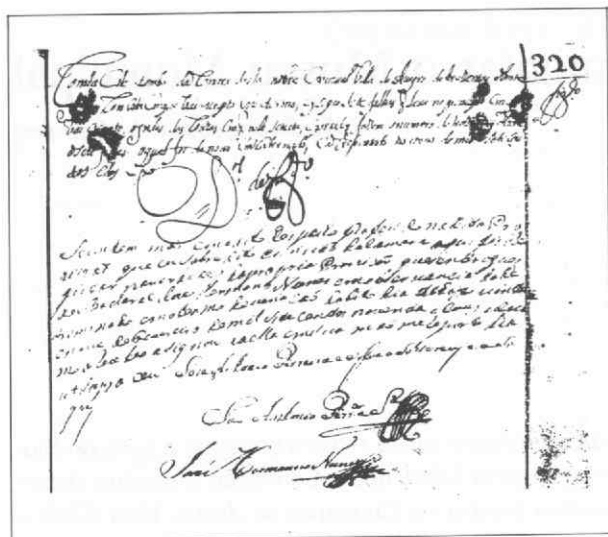
diz-se naquele officio — para construir a base do Museu de Arte Sacra que a Comissão Municipal determinou instalar no Convento de Jesus, para evitar a perda dos artigos contidos neste Convento.

Diz-se mais, no referido officio, que o Governo Civil põe toda a sua boa vontade e serviço á disposição da Câmara, mantendo o referido amanuense encarregado de proceder àquela instalação; julgava, no entanto, que a Câmara deveria chamar para si a direcção daquele serviço e inscrever a verba necessária para estes trabalhos.

A Câmara, na sua sessão de 6 de Setembro, resolveu agradecer àquele Governador Civil o esforço que fez para a instalação do Museu Municipal no referido Convento, louvando os serviços prestados por Marques Gomes e informando que a Câmara apenas tomou posse dos edifícios dos suprimidos Conventos (o de Jesus e o das Carmelitas) e não de quaisquer mobiliários e objectos de arte que neles se encontram, pois estes estão confiados à guarda e responsabilidade do Delegado do Procurador da República, nesta Comarca. Assim, só quando lhe forem entregues aqueles bens, poderá estudar o plano da referida instalação, de acordo com outras a fazer ali; e, só por ocasião da organização do seu orçamento para 1912, poderá dotar convenientemente as despesas a fazer com o citado Museu.

A Câmara tomou posse dos edifícios dos Conventos de Jesus e das Carmelitas em Julho de 1911, conforme se vê da acta da sessão de 13 daquele mês e ano, e, nessa altura, telegrafou ao Ministro da Justiça a agradecer-lhe a valiosa cedência daqueles edifícios. E, na sessão de 23 de Agosto, o Presidente Daniel Gomes de Almeida propôs a instalação, no Convento de Jesus, de várias instituições a cargo da Câmara, com o fim de a libertar do pagamento das rendas de casa que pagava pelos locais ocupados pelas mesmas, isto devido ao precário estado financeiro da Câmara.

Na sessão de 25 de Outubro de 1911, a Câmara resolveu representar à Comissão dos Monumentos Nacionais para que do Museu Municipal



Folha n.º 320 do cartulário, onde se indicam os dois (!) termos de encerramento (1710 e 1792)

não fosse retirado qualquer objecto que a ele de-
va pertencer, pois consta haver intenção de levar
alguns desses objectos para o Museu Nacional de
Lisboa.

Pela acta da sessão de 4 de Janeiro de 1912,
verificou-se que, por solicitação do Governador Ci-
vil, a Câmara resolveu que fossem transferidos, *co-
mo depósito*, para o Museu Municipal que se está
organizando os seguintes objectos pertencentes à
Câmara:

- 2 padrões em bronze de almude e meio
almude.
- 2 padrões em bronze, de antigos pesos;
- A bandeira antiga do Município;
- A bandeira da extinta Câmara de Esgueira;
- Os antigos chapéus do trajo camarário;
- 1 reposteiro bordado a restalho;
- Os talizes que têm servido na procissão de
Corpus Christi;

— 1 baixo relevo em madeira, representan-
do a Visitação de Nossa Senhora a Santa Isabel.

O Governador Civil, pelo seu ofício n.º 121 de
9 de Janeiro de 1912, confirmou terem entrado
no Museu aqueles objectos, acrescentando-lhe
uma maquete da estátua de José Estêvão e 3 xai-
réis antigos bordados a restolho, mas não mencio-
nava nem os talizes, nem os chapéus.

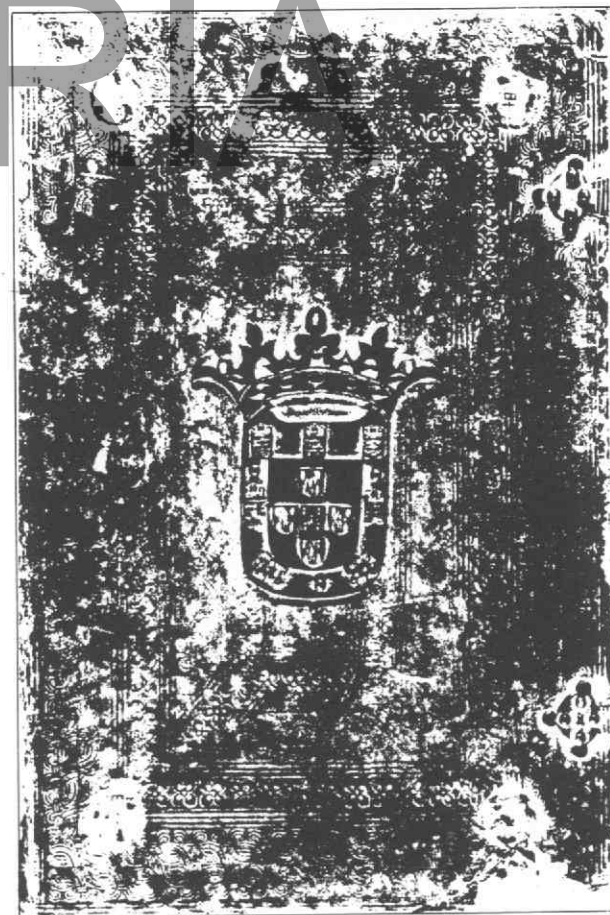
Na sessão de 25 de Janeiro de 1912, a Câ-
mara, a pedido do Governador Civil (ofício n.º 194
de 23 de Janeiro), resolveu ceder *por depósito* para
o Museu Municipal a moldura doirada do retrato de
D. Manuel, a fim de ser aplicado — diz o ofício do
Governador Civil — a cingir uma exposição de fo-
tografias oferecidas pela Casa Biel, referentes a ob-
jectos que hoje estão já recolhidos no indicado
Museu.

O Governador Civil, pelo ofício n.º 196 de 30
de Janeiro, agradeceu à Câmara a cedência da re-
ferida moldura.

Na sessão de 19 de Dezembro de 1912, a Câ-
mara resolveu *autorizar a saída*, para o Museu Mu-
nicipal, de um livro de registo existente no seu
arquivo, com capas de carneira e incrustações me-
tálicas, livro de valor artístico, que no dito Museu
tem lugar especial.

Em Abril de 1915, António da Silva Melo Gui-
marães deixou, por testamento, à Biblioteca do
Museu de Aveiro, todos os livros que eram dos
seus irmãos Joaquim e Manuel, alguns dos quais
têm honrosas dedicatórias de brasileiros e portu-
gueses ilustres, recomendando que esses livros
fossem enviados ao Sr. Marques Gomes, como se
vê da notícia publicada no Jornal "O Democrata"
com o n.º 365, de 9 de Abril de 1915.

Na sessão do Senado Municipal de 18 de Ou-
tubro de 1915 foi resolvido conceder ao Museu
Nacional de Aveiro, nos *termos das concessões
anteriores, por depósito*, a colecção dos tomos,
que existem no arquivo municipal, do Diário da
Antiga Câmara dos Deputados e a colecção das
Ordenações do Reino.



Aspecto actual do rosto da encadernação do
cartulário "Livro dos Registos da Câmara da Vila de Aveiro",
referido no texto

A pedido do Director do Museu Regional de Aveiro, foi resolvido, na sessão de 17 de Outubro de 1918, deixar ficar à guarda do mesmo, e até que seja de novo colocado no mercado do mesmo nome, a construir no Cojo, o medalhão que encima o frontispício do Mercado de Manuel Firmino, em demolição.

Na sessão de 9 de Janeiro de 1919, foi resolvido *confiar à guarda* da Confraria do Santíssimo Sacramento da Glória uma imagem de S. Sebastião, pertencente ao Município e, bem assim, do Museu Regional de Aveiro o pendão municipal, *com a obrigação de aquelas duas entidades fazerem a sua restituição logo que pela Câmara lhes for ordenado* e pondo-se o pendão no seguro.

Nessa mesma sessão ficou resolvido também fazer retirar, sem demora, da frontaria do extinto Mercado de Manuel Firmino o medalhão que ainda ali se encontra, e entregá-lo, nos termos da sua deliberação, ao referido Museu.

Na sessão de 30 de Julho de 1931, a Câmara autorizou o pagamento de 100\$00 por uma placa representando umas alminhas, *adquiridas para o Museu Municipal*.

Ao Museu de Aveiro, segundo se vê de uma notícia publicada no jornal "O Democrata" n.º 1366, de 6 de Abril de 1935, ofereceu o nosso conterrâneo Manuel Luís Coimbra Flamengo, residente em Lisboa, uma valiosa colecção de 154 moedas, algumas das quais muito antigas e novas.

Isto foi o que me veio parar às mãos; aceito, porém, que haverá outras coisas *depositadas* no Museu Nacional — e que não interessem às suas colecções e possam interessar ao Museu Municipal, por serem, ou terem sido, propriedade da Câmara, ou oferecidas com o fim de virem a pertencer a este último Museu.

João Evangelista de Campos

bibRIA

Calendário de Feiras e Exposições — 1992

EXPOSIÇÃO COLUMBÓFILA NACIONAL IBÉRICA E IBEROAMÉRICA	30 de Janeiro a 2 de Fevereiro
III SALÃO DE ANTIGUIDADES	20 de Fevereiro a 23 de Fevereiro
FEIRA DE MARÇO	25 de Março a 26 de Abril
BICIMOTA	6 de Maio a 10 de Maio
I MOSTRA CULTURAL E DESPORTIVA	17 de Maio a 24 de Maio
FEIRA DO LIVRO	30 de Maio a 7 de Junho
INFORAV	30 de Maio a 3 de Junho
III SALÃO AUTOMÓVEL	20 de Junho a 28 de Junho
AGROVOUGA	18 de Julho a 26 de Julho
FARAV	7 de Agosto a 16 de Agosto
FEIRA DOS TRANSPORTES	4 de Setembro a 13 de Setembro
SALÃO DE CONSTRUÇÃO, MOBILIÁRIO E DECORAÇÃO E MOBILIÁRIO URBANO	26 de Setembro a 4 de Outubro
EXPOMAR	21 de Outubro a 25 de Outubro

Edições da Câmara Municipal

1. — LIVROS E OPÚSCULOS

- AVEIRO, BERÇO DA LIBERDADE, A REVOLUÇÃO DE 16 DE MAIO DE 1828 — Marques Gomes — Ed. 1928.
- AVEIRO, ROTEIRO DA CIDADE — Comissão Municipal de Turismo — Ed. 1957.
- DIVAGAÇÕES DE UM TERCEIRO — Jaime de Magalhães Lima — Ed. 1957.
- DISCURSO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DR. ALBERTO SOUTO NO ACTO SOLENE DA SUA POSSE EM 11 DE MAIO DE 1957 — Ed. 1957.
- EFEMÉRIDES AVEIRENSES, VOL. 1 — António Cristo — Ed. 1959.
- COLECTÂNEA DE DOCUMENTOS HISTÓRICOS, VOL. 1 — Rocha Madail — Ed. 1959.
- JOSÉ ESTÊVÃO — ESTUDOS E COLECTÂNEA — Comissão do Centenário de José Estêvão — Ed. 1962.
- O MEU DIÁRIO DE VIAGEM — D. João Evangelista de Lima Vidal — Ed. 1968.
- COLECTÂNEA DE DOCUMENTOS HISTÓRICOS, VOL. II — Rocha Madail — Ed. 1968.
- LIVRO DE ACORDOS DA CÂMARA DE AVEIRO DE 1580 — Francisco Ferreira Neves — Ed. 1971.
- MOLICEIROS — Diamantino Dias — Ed. 1971.
- AVEIRO E A SUA REGIÃO — Fernando Rebelo / Ângelo Quaresma — Ed. 1979.
- A FREGUESIA DE SÃO BERNARDO — João Gonçalves Gaspar — Ed. 1980.
- A PRINCESA SANTA JOANA E A SUA ÉPOCA. 1452-1490 — João Gonçalves Gaspar — 1.ª Ed. de 1981; 2.ª Ed. 1988.
- ROTEIRO DE AVEIRO — Comissão Municipal de Turismo — Ed. 1983.
- JOSÉ ESTÊVÃO — DISCURSOS PARLAMENTARES. Ed. 1983 (reimpressão fac-similada da 1.ª edição).
- AVEIRO. NOTAS HISTÓRICAS — João Gonçalves Gaspar — Ed. 1983.
- CACIA E O BAIXO VOUGA — APONTAMENTOS HISTÓRICOS E ETNOGRÁFICOS — Bartolomeu Conde (Coordenador) — Ed. 1984.
- AVEIRO ANTIGO. CATÁLOGO DA EXPOSIÇÃO DE ANTÓNIO GRAÇA — Ed. 1984.
- INSTAURAÇÃO DA REPÚBLICA. COMEMORAÇÃO DOS 75 ANOS. IMAGENS DA ÉPOCA — Coordenação de Custódio Ramos, Emanuel Cunha e Manuel Rodrigues — Ed. 1985.
- CALENDÁRIO HISTÓRICO DE AVEIRO — António Cristo e João Gonçalves Gaspar — Ed. 1986.
- ORIGENS DA RIA DE AVEIRO — Orlando de Oliveira — Ed. 1988.
- ACHEGAS PARA A HISTORIOGRAFIA AVEIRENSE — João Evangelista de Campos — Ed. 1988.
- AVEIRO ÀS CIDADES IRMÃS E AMIGAS — Júlio de Sousa Martins e João Gaspar, pinturas de Cândido Teles — Ed. 1988.
- INVENTÁRIO DESPORTIVO DO MUNICÍPIO DE AVEIRO — Coordenação de Rui Barros, Emanuel Cunha e Jorge Guimarães — Ed. 1989.
- A FEIRA DE MARÇO ATRAVÉS DOS TEMPOS — Júlio de Sousa Martins — Ed. 1989.
- SÃO GONÇALINHO EM REDONDILHAS — Amadeu de Sousa — Ed. 1989.
- I BIENAL INTERNACIONAL DE CERÂMICA ARTÍSTICA (Catálogo) — Serviços da Cultura da C.M.A. — Ed. 1989.
- AGENDA CULTURAL — Serviços da Cultura da C.M.A. — Edições de 1990 e 1991.
- AGENDA DESPORTIVA — 1990/91 — Serviços de Cultura da C.M.A. — Ed. 1990.
- BOLETIM MUNICIPAL DE AVEIRO — Publicação semestral desde 1983.
- INFORMATIVO — Publicação mensal desde Fevereiro de 1987.
- AVEIRO MEDIEVAL — Maria João Violante Marques da Silva — Ed. 1991.
- II BIENAL INTERNACIONAL DE CERÂMICA ARTÍSTICA (Catálogo) — Serviços da Cultura da C.M.A.) — Ed. 1991.
- ## 2. — CERÂMICA
- ESTATUETA DE SANTA JOANA — Escultor: Jorge José de Figueiredo; Material: «Biscuit»; Oficina: Fábrica da Vista Alegre; Tiragem: 1000 ex. numerados (Série limitada); Ano: 1983.
- ESTATUETA DE SANTA JOANA — Escultora: D. Maria Graciosa Mendes de Carvalho; Material: Barro vermelho; Oficina: José Augusto; Ano: 1983.
- BUSTO DA REPÚBLICA — Escultor e Oficina: José Augusto; Material: Barro vermelho; Ano: 1985.
- ## 3. — NUMISMÁTICA
- MEDALHA COMEMORATIVA DO 225.º ANIVERSÁRIO DA ELEVAÇÃO DE AVEIRO A CIDADE — Desenho: Jorge Trindade; Diâmetro: 7,9 cm; Material: Bronze; Ano: 1984.
- MEDALHA COMEMORATIVA DO 550.º ANIVERSÁRIO DA FEIRA DE MARÇO — Desenho: Jorge Trindade; Diâmetro: 7,9 cm; Material: Bronze; Ano: 1984.
- MEDALHA COMEMORATIVA DO 555.º ANIVERSÁRIO DA FEIRA DE MARÇO — Desenho: Afonso Henrique; Diâmetro: 7,9 cm; Material: Bronze; Ano: 1989.
- MEDALHA COMEMORATIVA DO V CENTENÁRIO DE SANTA JOANA — Desenho: Jeremias Bandarra; Diâmetro: 9 cm; Material: Bronze; Ano: 1990.

Aveiro recupera azulejos antigos

Sensibilizar a população para a importância do azulejo no seu aspecto cultural, histórico e artístico e, por isso, alertar para a necessidade de continuar a preservá-lo enquanto património que, reunido, constituirá um dos embriões do futuro Museu de Cerâmica, é o objectivo de um grupo de gentes aveirenses ligadas a um projecto que luta contra o avanço do tempo.

No sentido de não deixar que as mudanças arquitectónicas desnudem as nossas casas dos azulejos, tão tradicionais na região, e para que ninguém se esqueça do rico património que possuímos nesta área, os Serviços de Cultura da Câmara Municipal de Aveiro encetaram um trabalho de recolha azulejar.

Numa mudança de atitude, começaram a incentivar os artistas e industriais, tendo tomado a seu cuidado a recolha de um espólio que, «mesmo sem ser dos mais ricos do país, já permite ajuizar sobre a variedade e a quantidade da azulejaria, a sua evolução técnica e a riqueza plástica *do Aveiro de outros tempos*».

O trabalho surge, decerto, no seguimento das alterações profundas de que Aveiro tem sido alvo, sacrificando um dos elementos mais significativos, quer pela sua fragilidade enquanto «acessório» da arquitectura, «mas sobretudo por-

que na história da Arte Portuguesa não era reconhecido como produto artístico de valor».

Directamente responsável por todo este trabalho, o Vereador do Pelouro da Cultura, Prof. Celso dos Santos, refere que «era nossa intenção, desde há muito tempo, dar a conhecer aos munícipes parte do espólio azulejar que, por aquisição, oferta ou recolha, tem vindo a incorporar a colecção de azulejos da Câmara».

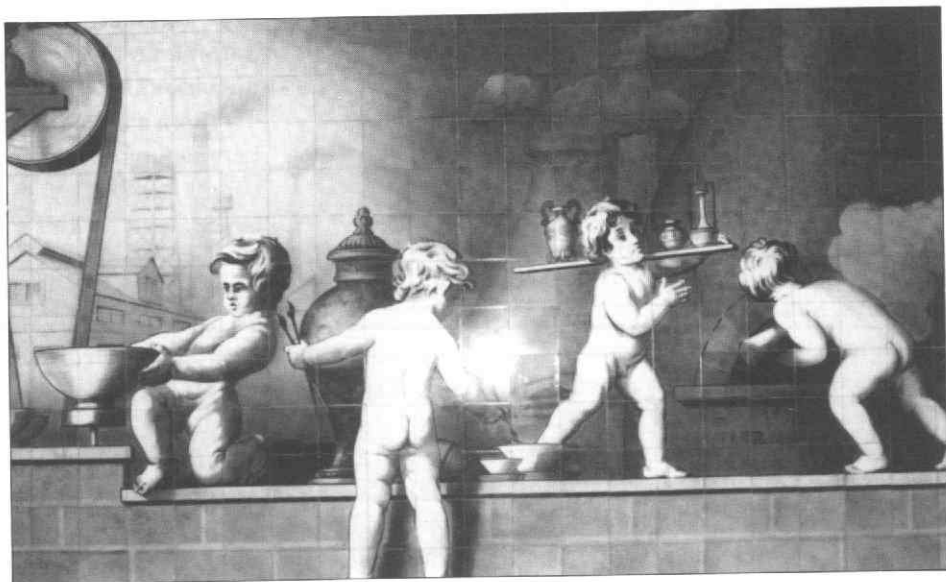
Duas pessoas activamente entregues ao trabalho dos azulejos são o Dr. Emanuel Cunha e D. Paula Cardoso, que fizeram nascer do nada uma iniciativa que conta já sete anos.

Guardados numa sala que não tem as condições necessárias para a sua permanência, os azulejos estão a ser recuperados, reconstruídos, catalogados e inventariados para, posteriormente, serem levados para um armazém próprio e, de quando em quando, expostos ao público.

O processo de recolha é diverso, podendo estes provir de ofertas, serem adquiridos pela própria Câmara, ou então recuperados de casas que vão ser demolidas — o que, devido ao crescimento urbano, se torna cada vez mais frequente.

Após a recolha, os dois elementos responsáveis, especialmente D. Paula Cardoso, que está mais vocacionada para este trabalho específico,

Painel das antigas instalações da Fábrica Aleluia, já reconstruído



procuram retirar ao azulejo a camada de «estruque» que muitas vezes ainda traz consigo, processo que normalmente demora muito tempo. Assim que o azulejo se encontrar em condições mínimas, são encetados os trabalhos de identificação e acabamentos, que passam pela colocação de uma moldura num dos protótipos de padrão. «Será positivo contemplar a variedade de padronagem, distinta em cada época, na sua riqueza de policromia, e a partir daí tentar recriar vastas superfícies do casario aveirense, revestido e adornado por estas e tantas outras placas de azulejo».

A cunhagem dos azulejos possibilita a identificação da fábrica e, desta forma, a época aproximada da sua produção. Mas, muitas vezes, ou devido à degradação do azulejo ou por motivos de fabrico vários, algumas peças não têm cunhagem, o que impede o reconhecimento do fabricante.

Os nomes que fizeram a história

A seguir ao nascimento da Fábrica da Fonte Nova, é constituída a Fábrica dos Santos Mártires que, depois de transferida para as proximidades da Fonte Nova, passa a designar-se Fábrica Aleluia.

«Estas unidades tinham uma produção muito variada, que ia desde a faiança decorativa e utilitária até aos azulejos, reflectindo características peculiares do mercado local e regional».

Outras unidades, que nasceram e se especificaram no fabrico de produtos de barro vermelho para a construção, foram as Fábricas de Jerónimo Pereira Campos, depois a Empresa Cerâmica da Fonte Nova, a Empresa de Louças de Aveiro e Empresa Olarias Aveirense, se bem que, a Fábrica Aleluia e a Fábrica do Outeiro, em Águeda, assumam a hegemonia do fabrico de azulejos na região, num contexto económico, social e cultural bem diverso.

Carregada de tradições cerâmicas, Aveiro tem um património incalculável de peças de cerâmica, nomeadamente azulejos.

Em jeito de amostragem da dimensão deste património, pode-se dizer que os azulejos, atirados sistematicamente para a «vala comum», se tivessem sido aproveitados, «poderiam, de certeza, tapetar todas as praças públicas da cidade».

Como nos disse Emanuel Cunha, este património «é de inestimável valor, não tanto pela sua importância monetária, mas essencialmente pelo valor cultural, histórico e artístico que lhe está adjacente».

Pegando novamente nos processos de tratamento dos azulejos, após a sua total reabilitação e possível identificação, é feita uma ficha própria para cada painel, onde estão impressas informa-



Placa de propaganda da cidade,
na Rua de S. Sebastião, retirada em 1963.

ções como a origem, a data (aproximada, quando não for possível a sua total identificação), a fábrica, as cores e, se possível, o autor do motivo.

Neste momento, esta «equipa» de interessados no património azulejar da região conseguiu já preparar muitos painéis de azulejos, estando ainda muitos outros por tratar e identificar.

Um trabalho considerado por eles difícil e demorado, mas que, «caso não existisse, estas peças estariam condenadas para sempre e o património municipal seria empobrecido e esquecido».

Para além dos azulejos, o espólio integra também alguns pratos: os responsáveis estão a pensar juntar-lhes alguns outros elementos, como sejam, as chaminés aveirenses, recuperadas de casas «condenadas», cadeiras trabalhadas, telhas tradicionais e esculturas, que irão a médio ou a longo prazo integrar o futuro Museu de Cerâmica de Aveiro.

Numa procura de «documentos vivos» do histórico das indústrias cerâmicas da região, existe quem considere este trabalho de uma extraordinária importância, que «não se confina apenas às necessidades de preservação patrimonial, mas é condição primeira do estudo dos mais variados as-

pectos destes azulejos, num claro entendimento de que a história da arte é, antes de mais, história da cultura».

Durante este ano, os Serviços de Cultura receberam ou incorporaram cerca de 100 exemplares de azulejos diferentes.

Uma iniciativa que o Prof. Celso dos Santos refere como sendo útil para «mostrar a diversidade da padronagem que, ao longo de várias décadas, foi produzida em algumas fábricas e aplicada, quer em revestimentos (exteriores e interiores), quer em decoração de casas entretanto demolidas ou recuperadas», para além do aspecto inerente da sensibilização das gentes de Aveiro para a importância do património azulejar, foi a recente exposição de azulejos, realizada em Maio passado.

Esta mostra pretendeu, desde já, demonstrar a Aveiro que os azulejos não estão esquecidos e num objectivo, mais profundo, incentivar indústrias e artistas desta área, para que continuem a produzir azulejos e que alarguem os padrões agora usados, que o Vereador da Cultura considera «indiferentes ao interior ou exterior», mesmo que, para isso, recorram a imitações do passado que, como a afluência à exposição comprova, são ainda de actual e extraordinária beleza e elegância.

O Dr. Emanuel Cunha e D. Paula Cardoso, que não tencionam parar este trabalho, acentuam que «devemos sempre continuar a actividade iniciada e procurar mais coisas novas para enriquecer o património aveirense».

Documentos vivos do desenvolvimento regional

«É nossa preocupação fazer uma colecção do património municipal azulejar», diz o Prof. Celso dos Santos e refere que «a demolição de algumas casas não deve fazer morrer os azulejos».

Como somos uma região forte em cerâmica, quer ela seja artística ou utilitária, o Vereador acredita numa «prática viva do uso dos azulejos, man-

tendo desta forma as tradições da região que com a nova arquitectura se desvanecem cada vez mais».

Neste capítulo, acrescenta que «o moderno está a sobrepôr-se ao tradicional, nas zonas históricas de Aveiro, como o erguer de edifícios que fogem ao planeamento do local»; aqui assumem-se como responsáveis os Serviços Técnicos da Câmara que, conforme refere aquele Vereador, «não andam muito atentos às formas de construção na parte antiga da cidade».

O Dr. Amaro Neves, investigador histórico bastante ligado ao azulejo, chega a dizer acerca deste assunto que, «nesta acção devastadora, a Câmara de Aveiro tenha tido grande responsabilidade, não cuidando da sua preservação, e não tenha incentivado novas aplicações».

O Prof. Celso dos Santos, de alguma forma defendendo a posição do seu Pelouro, sustenta que «os Serviços de Cultura têm já interferido, por diversas vezes, no andamento das coisas» e que «é necessário fazer ouvir a voz da Cultura, através dum aconselhamento aos Serviços Técnicos».

De maneira a construir «uma ponte entre a arquitectura moderna e o emprego estético do azulejo, pelo menos na cidade de Aveiro», refere o Vereador que os Serviços de Cultura vão procurar estabelecer um diálogo entre industriais cerâmicos, artistas e associações de defesa do património, através dum encontro ou seminário, «a realizar dentro de pouco tempo».

Mas, em termos mais correctos e precisos, foi-nos adiantado pelo responsável do Pelouro da Cultura que, já no início do próximo ano, se vai realizar uma nova exposição de azulejos, «embora seja difícil tratá-los e identificá-los; o trabalho vai continuar».

Num futuro ainda um pouco longínquo, fica apontado o destino destes azulejos aveirenses antigos, ou seja, o Museu de Cerâmica de Aveiro.

(Do "DIÁRIO DE AVEIRO", 15-11-1991)

Painel azulejar, já reconstruído



bibRIA

VARANDA, JANELA E JARDIM FLORIDO

Realizou-se mais uma vez o concurso anual da “Varanda, Janela e Jardim Florido”. Por decisão do júri, reunido em 2 de Julho, que excluiu algumas varandas por não obedecerem às normas estabelecidas, foram atribuídos os seguintes prémios:

1. Jardim: — 1.º prémio, ex-aequo — Custódia Maria Dias (São Bernardo) e Teresa de Jesus Nogueira (São Bernardo); 3.º prémio — Maria Fernanda Damas Tavares (Esgueira); 4.º prémio — Maria Vieira da Silva (Vilar); 5.º prémio — Maria da Soledade Melo (Aradas); nove menções honrosas.

2. Janela: — 1.º prémio — Maria Beatriz da Silva Letra (Vilar); cinco menções honrosas.

3. Varanda: — 1.º prémio — Maria Teresa Correia (Esgueira); 2.º prémio — Ilda Melo das Neves (Vera-Cruz); 3.º prémio — Teresa de Jesus Brito (Glória); 4.º prémio — Otilia da Silva Coutinho (Vera-Cruz); 5.º prémio — Carlos Ferreira Reis (Esgueira); oito menções honrosas.

Os prémios foram entregues na reunião do Executivo Municipal, realizada em 15 de Julho. O Dr. Girão Pereira, usando da palavra, disse que a Câmara poderá vir a rever este concurso, mas apenas com a finalidade de lhe dar maior amplitude, procurando abranger mesmo quem não concorra. “Quem faz a cidade limpa e bela — afirmou — não pode ser apenas a Câmara e os concorrentes, mas todos os cidadãos, que devem ter o objectivo de fazer da sua terra um local limpo e bonito;... Aveiro é uma casa grande que precisa de todos para se manter agradável”.

FESTAS DA RIA E DIA DA MARINHA

De 7 de Julho a 15 de Agosto, a cidade e o concelho de Aveiro viveram dias de animação, com a concretização do programa das Festas da Ria de 1991. Porque a cidade de Aveiro foi escolhida, este ano, para centro das comemorações do Dia da Marinha (8 de Julho), as Festas da Ria iniciaram-se antes do habitual.

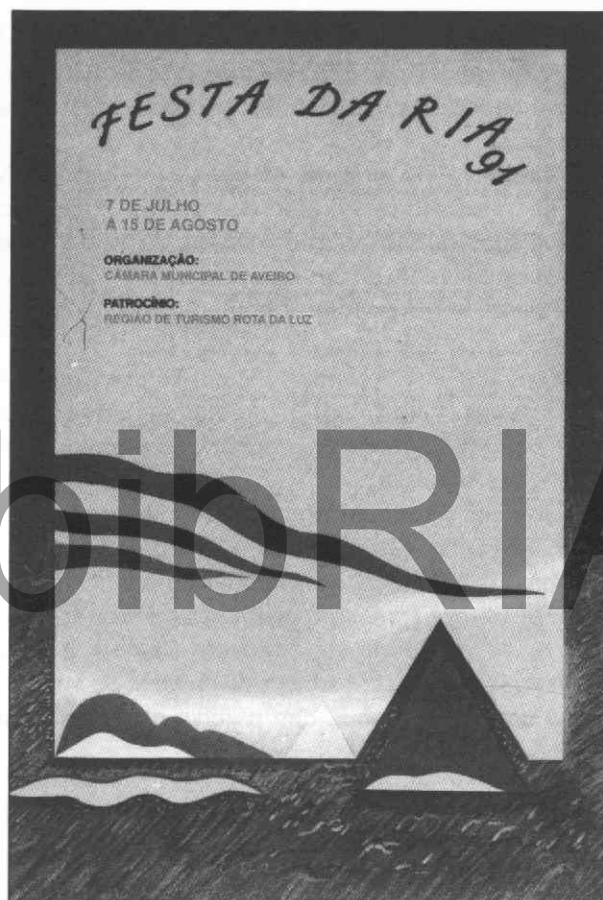
De facto, os festejos principiaram em 7 de Julho com diversas cerimónias militares e várias manifestações culturais, como a comunicação feita pelo Presidente da Câmara Municipal anunciando a abertura oficial das festas, a inauguração da exposição “Dia da Marinha / 91”, na Galeria Municipal, a actuação de grupos folclóricos no Canal Central, o desfile da Fanfarra de São Bernardo, o concerto pela Banda da Armada e o fogo de artifício.

No dia 8 — “Dia da Marinha” — houve a cerimónia militar presidida pelo Ministro da Defesa Nacional, antecedida e seguida por desfile militar, e homenagem junto do monumento à Aviação Naval.

Aveiro, terra tradicionalmente voltada para o mar, caprichou no acolhimento aos marinheiros portugueses — o que foi reconhecido pelas entidades respectivas; em contrapartida, foi dada aos aveirenses a oportunidade de visitarem algumas unidades navais, que estiveram fundeadas no nosso porto.

As Festas da Ria, organizadas pela Câmara Municipal de Aveiro e patrocinadas pela Região de Turismo da Rota da Luz, prosseguiram com a actuação da Orquestra Ligeira do Conservatório de Música de Aveiro, do Projecto de Dança de Aveiro, da Associação Musical de Valongo do Vouga, da Banda "Praia Lusitana", do Estúdio CEM e GRISI e do Grupo de Cantares Madrugada (Viseu).

No dia 13 de Julho, realizou-se o Festival Regional de Folclore, em que participaram os grupos de Portomar (Mira), da Região do Vouga (Águeda), da Casa do Povo de Angeja, da Gafanha da Nazaré e do Baixo Vouga (Eixo). Mais tarde, em 9 de Agosto, efectuou-se o Festival Internacional de Folclore, com a actuação dos Grupos da Casa do Povo de Cacia, Jarazmin (Málaga - Espanha), Brigham Young University (Utah - U.S.A.) e Novruz de Chardjou (Turquemenia - U.R.S.S.).



Cartaz da Festa da Ria
(Design: Jeremias Bandarra)

O serão de 26 de Julho foi reservado para os fados de Coimbra, pelo grupo "Praxis Nova"; e o do dia 28 para a actuação de Judite Gonçalves, João Maria e Lisete da Conceição, acompanhados à guitarra por Armindo Fernandes e à viola por Horácio Labrincha e Eurico Oliveira. Entretanto, na noite de 27 houve a "Serenata à Ria", com a participação do Orfeão da Vista Alegre, do Coral da Associação Cultural de Salreu, do Orfeão de Esgueira, do Coral Polifónico de Aveiro, do Coral Vera-Cruz, da Tuna de Santa Joana e da Tuna de Santa Cecília.

Como é hábito, todos estes números do programa tiveram como palco o Canal Central e foram motivo de atracção não apenas para os aveirenses mas também para forasteiros e turistas.

Durante o desenrolar das Festas da Ria, ainda se assistiu, nos dias 20 e 21 de Julho, à chegada dos veleiros participantes na I Regata Arcachon - Aveiro, á vinda de delegações das cidades-irmãs de Arcachon (França) e de Forlì (Itália) e à estadia de dois grupos de jovens destas cidades.

Finalmente, nos dias 10 e 11 de Agosto, foi a vez da Regata dos Moliceiros Torreira - Aveiro e da Corrida de Moliceiros e Bateiras com o concurso de painéis dos barcos moliceiros.

A regata foi ganha por Fernando Dias Tavares, seguido por António Rebelo, Arnaldo Tavares Belo, João Manuel e António Garete, e nela participaram dezoito barcos. O canal das pirâmides serviu de pista para a corrida dos moliceiros, à vara e á sirga, e das bateiras à pá (homens e mulheres); os classificados foram João Manuel e António Garete (à vara) e Manuel Lamego e Domingos Beiroto (à sirga).

O outro prémio em disputa foi o das melhores pinturas dos painéis das proas, que tem por finalidade manter viva uma arte típica, regional e popular. Aqui ficam os nomes dos primeiros classificados: António Maria Rodrigues, Armindo Gonçalves Lamego, António Almeida, João Manuel, Domingos Beiroto, Arnaldo Tavares Belo e Gonçalo Rito.

AGROVOUGA / 91

De 13 a 21 de Julho, no Parque Municipal de Feiras e Exposições, realizou-se a 16.ª edição da AGROVOUGA — que foi também a Feira Nacional do Bovino Leiteiro e a Mostra Agrícola e de Artesanato. A inauguração contou com a presença do Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação, Dr. Arlindo Cunha, além de outras entidades da região de Aveiro.

A AGROVOUGA / 91 apareceu com novos sectores, como a panificação, a pastelaria e a floricultura. Após anos de ausência por motivos sanitários, voltaram também os bovinos leiteiros. Ainda se evidenciaram o artesanato, a maquinaria agrícola e industrial, os lacticínios e os vinhos, além de diversas espécies de animais. Houve encontros entre profissionais de vários ramos e ainda palestras, debates e conferências de actualização e especialização. “Um certame com elevadíssima qualidade” — assim a definiu o Ministro da Agricultura, que também a considerou da máxima utilidade para a divulgação do sector e para a formação de agentes.

Durante a Feira, foram-se realizando diversos concursos, como o Concurso Regional Pecuário da Espécie Bovina (Raças, Trabalho e Carne; Raça Frísia); Concurso de Arranjos Florais; Concurso Nacional do Queijo Flamengo; Concurso Nacional da Vaca Leiteira; Concurso Pecuário da Espécie Equina.

Mais uma vez, o Parque Municipal de Feiras e Exposições revelou-se pequeno, a ponto de a Comissão Executiva, liderada pela Câmara Municipal de Aveiro, não ter podido satisfazer todas os pedidos de reserva de espaço; potenciais expositores não tiveram lugar na Feira, apesar do rateio cuidadoso.

O Presidente do Município, Dr. José Girão Pereira, no folheto da AGROVOUGA / 91, escreveu as seguintes palavras, sob o título “Um Regresso que se saúda!”:

— “Ao fim de vários anos de ausência devido a razões de ordem sanitária, é com satisfação que vemos o Concurso Nacional da Vaca Leiteira de volta à AGROVOUGA, com o gado “ao vivo”.

No coração da Região do Vouga, justamente tida como o “solar” da vaca leiteira, a AGROVOUGA voltará, assim, a fazer juz ao seu título oficial de Feira Nacional do Bovino Leiteiro.

E fá-lo exactamente quando ficaram já para trás quinze edições sucessivas, encerrando, da melhor forma, década e meia de trabalhos e canseiras, de esforço e de entrega de uns poucos a uma causa, que foi (e é) a do desenvolvimento económico e da promoção da região.

Com toda a modéstia, terá de reconhecer-se que nem sempre foi um percurso fácil ou isento de escolhos...

A começar pelo objectivo inicial, que era forçar a recuperação do Baixo Vouga e que ainda hoje está por realizar.

Bem pelo contrário, a crescente afirmação da AGROVOUGA como mostruário privilegiado das potencialidades da região, como expressão sui generis do desenvolvimento que, apesar das contrariedades, temos sabido protagonizar, com muita vontade e crer nas capacidades, é sinal de que, afinal, nem tudo foi em vão.

Longe de uma vitória em toda a linha, teremos porventura cumprido meia caminhada!

É por isso que, nesta edição, voltamos a contar convosco — expositores, cooperativas e organizações da lavoura, técnicos e serviços oficiais — para cumprirmos o caminho que falta, tendo em vista uma agro-pecuária moderna, eficaz, com capacidade para enfrentar os desafios futuros, em ordem ao desenvolvimento económico e ao bem-estar.

Em nome da Câmara Municipal de Aveiro, aqui deixo o meu obrigado!”

O Vereador do Pelouro das Feiras, Prof. Celso dos Santos, na mesma publicação, diria:

— “A Agrovouga / 91, a decorrer de 13 a 21 de Julho, vai mais uma vez animar o Parque Municipal de Feiras e Exposições.

O prestígio alcançado por este certame transforma Aveiro num ponto de encontro e como que “um palco” da agricultura portuguesa, onde se apresentam e discutem os problemas que afectam o sector, nomeadamente no que se refere ao Gado Bovino Leiteiro.

O estado sanitário do gado bovino, gerador de inúmeras dificuldades à Comissão Executiva da Feira, não impediu a realização ininterrupta da feira e a concretização dos concursos do gado bovino.

O esforço desenvolvido por todos, desde os criadores aos técnicos e serviços relacionados com a agricultura, bem como a perseverança daqueles que voluntariamente vêm trabalhando pela AGROVOUGA terão este ano a compensação merecida. Finalmente, e após vários anos, o gado bovino leiteiro a nível nacional estará presente no recinto, dando assim lugar ao concurso da vaca leiteira “ao vivo”.

A exposição animal terá assim uma maior representatividade no sector bovino, já que, quanto ao gado equino, a sua participação manterá o nível alcançado através do dinamismo sempre demonstrado pelos criadores de cavalos.

Feira com grande poder e atracção, vem cativando novos participantes, acontecendo que nem todas as inscrições de expositores puderam ser atendidas, o que se por um lado nos alegra, pelo interesse depositado no certame, muito nos penaliza por outro também. Tal facto deve-se apenas à falta de espaço, que passou a ser insuficiente, tanto na área coberta, como na área livre.

Como novidades teremos na Agrovouga / 91 uma amostra de floricultura e um concurso de arranjos florais; a presença forte da panificação presenteará a todos os visitantes com algumas provas de pães e bolos, confeccionados no próprio local.

Registamos ainda uma maior presença dos vinhos, ratificando assim a acção desenvolvida no ano anterior e consequentemente dando-lhe continuidade.

Concursos pecuários, leilões, exposições diversas de animais, colóquios, uma importante presença dos lacticínios, a qual dará lugar ao “Concurso Nacional do Queijo Flamengo”, e ainda um programa de animação cultural, constituirão um contributo definitivo para manter o elevado prestígio alcançado pela Agrovouga a nível nacional e internacional (representação da Aquitaine).

Aos membros da Comissão Executiva, colaboradores e todos os que vem apostando na Agrovouga, presto as minhas homenagens e agradecimentos pessoais e em nome dos restantes Vereadores que constituem a Comissão de Gestão do Parque de Feiras”.



Cartaz da AGROVOUGA / 91
(Design: António José Bartolomeu)

Comissão Executiva: — Câmara Municipal de Aveiro; Cooperativa Agrícola de Aveiro e Ílhavo; União de Cooperativas de Entre-Douro e Mondego — LACTICOOP; Cooperativa Agrícola dos Produtores de Leite do Centro Litoral — PROLEITE; Cooperativa Agrícola Mirense; Cooperativa Agrícola e Leiteira de Vagos; Associação de Criadores de Cavalos de Aveiro.

Colaboradores Especializados: — Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral; IROMA; Zona de Intervenção Sanitária; Sub-região Agrária; Comissão Vitivinícola da Bairrada; Associação do Centro dos Industriais de Panificação; Dr. Jaime Machado — Concurso do Gado Bovino; Dr. Jaime Machado (Filho) — Concursos; Dr. António José Valente — Concursos Pecuários, Leilão e Exposição; Eng.^a Rosa Canha — Concurso do Gado Bovino; Dr.^a Isabel Viana — Concursos; Dr. Fernando Rendeiro Marques — Concurso de Queijos; Eng.^o Mário Cupido — Concursos e Leilão; Eng.^o Nunes Cardoso — Concursos e Colóquios; António Pereira de Pinho "Púcaro" — Exposições de Animais; Eng.^o Armindo Sá — Dia da Máquina; Eng.^o Vieira — Exposição de Animais; Eng.^a Lurdes Simão — Floricultura.

Secretariado: — Maria Alexandrina Maximino; Irene Bártolo; Arq. José Quintão; João Portugal; Elmano Ramos; Justino Tomás Ribeiro; Gonçalo Lé; Eng. Acílio Vitória; António José Bartolomeu.

Gabinete de Imprensa: — José Carlos Maximino.

PISCINAS DE SANTIAGO

O Governador Civil do Distrito, Dr. Gilberto Madail, em representação do Secretário de Estado da Administração Local, inaugurou no dia 21 de Julho o Complexo de Piscinas de Santiago — um empreendimento avaliado em mais de cento e oitenta mil contos, suportados pela Câmara Municipal de Aveiro e pelo Governo Central. Além do Presidente e dos Vereadores Municipais, estiveram presentes membros da Direcção do Sport Clube Beira-Mar, actuais e antigos atletas, o delegado da Direcção-Geral dos Desportos em Aveiro (que representava o Director-Geral dos Desportos) e delegação de cidades amigas de Aveiro — Archachon, Bourges e Forli.

O Complexo consta de uma piscina coberta de 25 metros, propriedade do Beira-Mar, e de outra descoberta de 50 metros, que é do Município, incluindo ainda balneários, vestiários e outras dependências de apoio. Rodeado de uma ampla zona verde, encontra-se integrado numa zona urbana de grande qualidade, onde se destacam os edifícios do Instituto Superior de Contabilidade, da Universidade, do Instituto da Juventude, da Escola Preparatória João Afonso de Aveiro, do Seminário e do Hospital Distrital, e para onde se projectam mais equipamentos desportivos. O Complexo vai ser gerido pelo Sport Clube Beira-Mar, nos termos de um protocolo assinado na ocasião. As piscinas estarão abertas a todos os Clubes do Concelho, que incluam nas suas actividades a natação, e à população em geral, mediante uma taxa de utilização que se destina a um fundo para fomento da modalidade.

O Presidente da Câmara Municipal sublinharia, na ocasião, que o Complexo de Piscinas de Santiago correspondia a um velho sonho, quer da Cidade quer do Beira-Mar; espera-se, portanto, que os aveirenses tirem bom proveito de tão volumoso investimento.

A inauguração foi marcada pela realização de um conjunto de jogos aquáticos na piscina coberta; participaram as equipas de Aveiro (São Bernardo, Clube dos Galitos e Sporting Clube), Viseu, Estarreja e Figueira da Foz, e por um torneio de natação, no tanque-piscina da Direcção-Geral de Desportos, em que alinharam os conjuntos de Archachon, Nikar Heidelberg, C.A.F. Viseu, Ginásio Figueirense, Clube dos Galitos, Sporting Clube de Aveiro, C. D. São Bernardo e C. D. Estarreja.



Na inauguração das Piscinas de Santiago: assinatura do acordo entre o Presidente da Câmara Municipal de Aveiro e o Presidente da Direcção do Sport Clube Beira-Mar.

I REGATA ROTA DA LUZ

As duas dezenas de veleiros com seus velejadores, maioritariamente franceses e espanhóis, que participaram na I Regata Rota da Luz, entre Arcachon e Aveiro, chegaram ao Canal das Pirâmides no dia 21 de Julho. Tendo aportado em São Jacinto, aí cumpriram na véspera um programa social, que incluiu uma prova de vinhos e uma sardinhada; uma vez em Aveiro, foram obsequiados com um jantar-convívio, durante o qual foram entregues os troféus.

Uma tripulação portuguesa, seleccionada pela Associação Aveirense de Vela de Cruzeiro, participou na competição, com um barco alugado na França, alcançando o sexto lugar na tabela classificativa.

De acordo com os velejadores, a prova, que partiu de Arcachon no dia 14 anterior e chegou a São Jacinto na noite de 18 para 19, mostrou-se animada até ao fim, embora a falta de vento, nas proximidades de Aveiro, a tivesse prejudicado.

A I Regata Rota da Luz deveu-se a uma iniciativa conjunta da referida Associação Aveirense e do Círculo de Vela de Arcachon; entre os apoios que teve, contou com o da Câmara Municipal de Aveiro.

Classificação Geral: — 1. Machichaco (Espanha); 2. Mister Tayac (França); 3. Altamar (Espanha); 4. Zorongo (Espanha); 5. Grupe Crisel (França); 6. Carpe Diem (Aveiro-Portugal).

Classe Veleiro: — 1. Galéné (França); 2. Bakea (França); 3. Kiffa (França); 4. Guantanamera (França); 5. Chap (França); 6. Vicking (França).

UNIDADE DE RASTREIO DO CANCRO

Aveiro dispõe, desde o dia 22 de Julho, de um Centro de Prevenção e Diagnóstico Precoce do Cancro, dotado de modernos meios técnicos, que se encontra provisoriamente instalado na sede da Junta de Freguesia da Glória.

Numa primeira fase, a unidade faz incidir os seus cuidados no rastreio do cancro da mama e do colo do útero, propondo-se posteriormente diagnosticar outros tipos de cancro.

Iniciativa do Núcleo de Aveiro da Liga Portuguesa Contra o Cancro, o Centro de Prevenção e Diagnóstico é gerido pela Santa Casa da Misericórdia, mediante um protocolo que envolve a Administração Regional de Saúde, o Instituto de Oncologia do Porto, a Câmara Municipal de Aveiro e a Junta de Freguesia da Glória.

FARAV / 91

A IV Mostra Nacional de Artesanato e XII Feira de Artesanato da Região de Aveiro — FARAV / 91 — decorreu de 3 a 18 de Agosto, nos pavilhões do Parque Municipal de Feiras e Exposições, sendo da iniciativa da Câmara Municipal de Aveiro, com o apoio da Região de Turismo da Rota da Luz, do Instituto do Emprego e Formação Profissional e da Cooperativa de Artesãos “A Barrica”. Na inauguração estiveram presentes o Secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional, o Governador Civil do Distrito, o Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, o Vigário Geral da Diocese, alguns autarcas, deputados e diversas entidades.

O Dr. Bagão Félix, que presidiu à sessão de abertura, teria ocasião de afirmar que “o artesanato já não pode ser visto hoje como há vinte ou trinta anos, um artesanato rural, veiculado sobretudo por pessoas de idade com baixos níveis de qualificação académico-profissional. O artesanato exige uma grande capacidade de marketing, exige também grande criatividade e acesso a camadas cada vez mais exigentes da população, sobretudo camadas jovens.

O Secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional augurou ainda a criação de um "programa de apoio à recolha, à embalagem, à distribuição e ao escoamento dos produtos", que poderá apoiar as associações de artesãos na sua actividade.

Na mesma sessão, José Branco, representando os artesãos, defendeu uma maior autenticidade do artesanato e apresentou sugestões para a sua preservação e qualificação.

O Presidente da Câmara Municipal de Aveiro não deixaria passar a presença do Dr. Bagão Félix sem lhe recordar a obra de restauro e de adaptação do antigo edifício da Fábrica Jerónimo Pereira Campos para escola profissional e centro cultural.

A FARAV / 91 teve grande afluência — o que veio demonstrar a sua implantação não apenas na região mas um pouco pelo país; de facto, o certame contou com 150 artesãos e reuniu vinte Câmaras Municipais, duas Associações, quatro Cooperativas, duas Regiões de Turismo, dois Centros de Emprego, um Centro de Artesanato, cento e dois artesãos em nome individual e dezassete artesãos estrangeiros, nomeadamente Perú, Irão, Senegal, Paquistão, Brasil, Marrocos, Paraguai, Guiné, Grécia, Índia, Tailândia e Turquia.

Contudo, para além da exposição do diverso tipo de artesanato, como objectos cerâmicos, cestaria, tapetes, cobres, rendas, bordados e bonecos, viram-se 48 artesãos a trabalhar ao vivo, sendo cinco do concelho de Aveiro e todos os outros dos mais diversos pontos de Portugal.

A animação da FARAV / 91 foi feita pelos seguintes agrupamentos: Rancho Infantil "As Florinhas de Silva Escura" (Sever do Vouga); Rancho Folclórico "Cravos e Rosas", de Oliveira de Azeméis; Grupo Folclórico "O Arrais", de Ílhavo; Grupo Folclórico e Etnográfico "Bairrada Ribeirinha", de Oliveira do Bairro; Grupo Folclórico "Os Camponeses da Beira-Mar; da Murtosa; Grupo Folclórico da Casa do Povo de Angeja (Albergaria-a-Velha); os Cavaquinhos da Nestlé, de Estarreja; Grupo Folclórico da Várzea (Arouca) e Grupo Etnográfico "Terras de Cambra", de Vale de Cambra.

Tal como nos anos anteriores, foram premiados os melhores trabalhos expostos: — em cerâmica, José Manuel Vieira (Ílhavo); em têxteis, Fernanda Teixeira (Arouca); em madeira, Júlio Moutinho (Gondomar). O Júri não atribuiu prémios nas modalidades de couro e prata, mas distinguiu vários artesãos com menções honrosas: — David Costela, de Aveiro (couro); Cristina Morais, do Porto (têxteis), e José Coutinho, de Gondomar (prata).

O Prof. Celso dos Santos, Vereador do Pelouro das Feiras, subscreveu o seguinte texto no folheto da FARAV / 91:

— "A FARAV / 91, como nos últimos anos, é um duplo certame — a XII Feira de Artesanato da Região de Aveiro e a IV Mostra Nacional e Internacional de Artesanato. Manifestando esta amplidão, ela demonstra com clareza que o artesanato não se deixa diluir na voragem do progresso industrial, mas com persistência se vai revitalizando e modernizando dia-a-dia, dando firmes passos no seu próprio caminho.

Este tem sido, aliás, o motivo que nos incentiva a realizar anualmente a Feira, desde 1980. Mesmo por ela todos nós — as entidades oficiais relacionadas com o sector, os próprios artesãos e a população em geral — temos ocasião de ver como o artesanato se impõe cada vez mais.

Bem o justifica o número de artesãos, as representações municipais, as cooperativas, os centros e as associações de artesanato, os países presentes e o crescendo de visitantes.

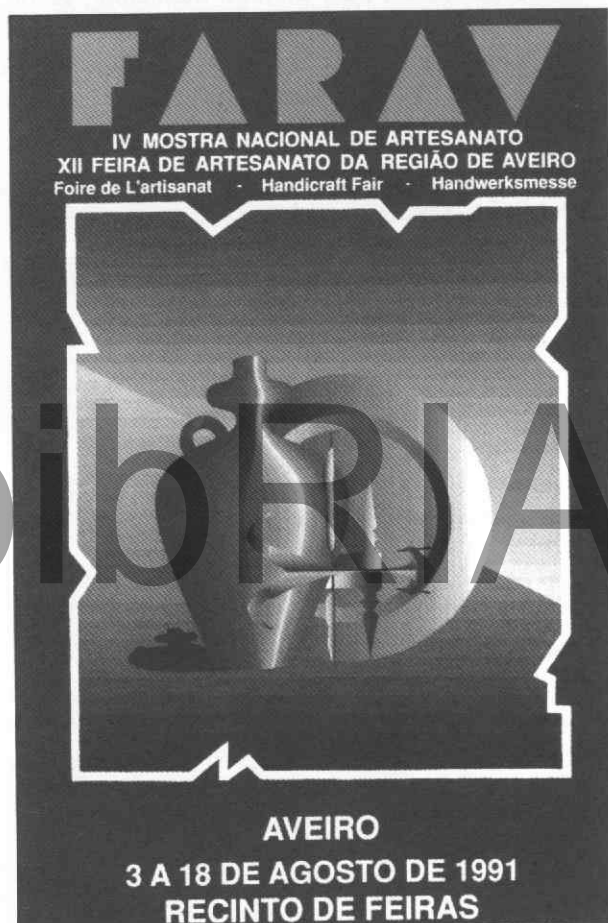
Não quero deixar de referir aqui que a FARAV / 91, sendo da responsabilidade da Câmara Municipal de Aveiro, teve a decidida e imprescindível colaboração e o

precioso apoio da Cooperativa dos Artesãos da Região de Aveiro — A Barrica, da Região de Turismo da Rota da Luz e do Instituto do Emprego e Formação Profissional. O seu esforço e a sua ajuda tornaram possível uma iniciativa útil à colectividade aveirense... e não só. O nosso reconhecimento.

Finalmente, expresso uma palavra de gratidão e de estímulo dirigida a todos os expositores, pela sua participação e presença. Sem eles não se realizaria a FARAV/91.

Bem hajam''.

Do Presidente da Região de Turismo da Rota da Luz, Francisco da Encarnação Dias, são as seguintes palavras:



Cartaz da FARAV / 91
(Design: António Marinho Vieira)

— “A realização de mais uma FARAV vem confirmar o êxito que as anteriores edições têm vindo a alcançar, sendo uma prova evidente da adesão que os artesãos e as mais diversas entidades ligadas ao artesanato têm manifestado a este projecto.

Sendo a Região de Turismo da Rota da Luz uma região particularmente fértil em termos de artesanato, fruto da grande diversidade geográfica, cultural e etnográfica dos catorze concelhos que a constituem (Águeda, Albergaria-a-Velha, Arouca, Aveiro, Castelo de Paiva, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Oliveira de Azeméis, Oliveira do Bairro, Ovar, Sever do Vouga, Vagos e Vale de Cambra), forçoso se torna que dedique particular atenção à divulgação e apoio do artesanato.

Independente do cariz promocional ligado ao artesanato, a FARAV assume, ainda, um papel importante em termos de animação turística, tanto mais que a data

da sua realização se verifica em plena época alta, tornando-se, pois, uma iniciativa muito importante para a ocupação dos tempos livres dos turistas, sendo, simultaneamente, veículo privilegiado para a divulgação das enormes potencialidades desta Região”.

Comissão Organizadora: — Prof. Celso dos Santos (Vereador da C.M.A.); Dr. Artur Jorge de Almeida (da Rota da Luz); Júlio Ferreira (de “A Barrica”); Arq. José Quintão; Dr. Emanuel Cunha; João Portugal; Alexandrina Maximino; Irene Bártolo; Paula Cardoso; Isabel Ramos; Elmano Ramos; Justino Ribeiro.

«UMA ROTA PARA A EUROPA»

Organizadas pela Câmara Municipal, tendo os apoios da Região de Turismo da Rota da Luz, da Renault Portuguesa e da Fábrica da Vista Alegre, realizaram-se em Aveiro os I Jogos Desportivos “Uma Rota para a Europa”; a data escolhida foi os dias 11, 12 e 13 de Outubro.



Cartaz dos I Jogos Desportivos
“Uma Rota para a Europa”
(Design: Artur Fino)

No desdobrável, que continha o programa das diversas manifestações, podia ler-se:

— “O Desporto possui potencialidades e encerra valores que, situando-se para além do âmbito da mera prática desportiva, lhe conferem uma grande e variada riqueza de conteúdos, fundamentais para uma profícua e salutar vivência em sociedade.

Assim, uma manifestação desportiva não se pode confinar à tentativa de obtenção de resultados e consequente ordenamento classificativo, devendo, também, utilizar e rentabilizar todos os factores culturais, sociais e promocionais adjacentes à sua realização.

É com base nestes pressupostos e objectivos que se realizam os I Jogos Desportivos "Uma Rota para a Europa", pretendendo-se, nesta perspectiva, que eles sejam, não só uma oportunidade para que jovens portugueses e espanhóis possam confraternizar através da prática do Desporto, mas também, e muito especialmente, um abraço fraterno entre povos servidos por uma via de comunicação, cujo inegável interesse permite encarar, com optimismo, a correcção de assimetrias económicas, sociais e desportivas".

Após a cerimónia oficial, às 21.30 horas do primeiro dia, foram-se desenrolando os diversos actos de atletismo, de andebol, de basquetebol, de futebol e de natação. Os prémios distribuíram-se no dia 13, às 13.30 horas.

Participaram nos jogos os concelhos de Tordesilhas, Salamanca, Béjar, Ciudad Rodrigo, Almeida, Guarda, Gouveia, Covilhã, Mangualde, Viseu, Vouzela, Oliveira de Frades, Sever do Vouga, Águeda, Albergaria-a-Velha, Ílhavo e Aveiro.

FEIRA DO MAR

Pela primeira vez efectuou-se em Aveiro a Feira do Mar, que decorreu de 19 a 27 de Outubro. A sua realização, que há muito era ansiada pela Câmara Municipal, obedeceu ao facto de Aveiro ser, por tradição milenar, uma terra voltada para o mar; ainda hoje, apesar de outras e variadas alternativas, o mar, juntamente com a ria, continua a assumir papel de extrema importância na actividade económica da região. É relevante, por exemplo, a importância que o porto de Aveiro cada vez mais assume no próprio contexto nacional.

A Feira do Mar desenvolveu-se em duas vertentes: uma de carácter cultural e lúdico, que ocupou o pavilhão octogonal do Parque Municipal de Feiras e Exposições; e outra, que era a exposição propriamente dita, no pavilhão rectangular, com a presença de três dezenas de empresas ligadas ao sector.

O certame foi acompanhado com um programa de animação e de gastronomia regional. Além disso, integrou um colóquio, no dia 23, subordinado ao tema geral "O peso da indústria da pesca e outras ligadas ao sector e o seu contributo para a economia da Região", cuja sessão de abertura foi presidida pelo Dr. Eurico de Brito, Director Geral das Pescas. Os diversos assuntos foram tratados por Fernando Ribau, Dr. Ulisses Pereira, Dr. Manuel Sobral, Gaspar Albino, Eng. Inácio Peixinho, Dr. Eurico de Brito e Eng. Carmo Pinto. O encontro terminou com um debate e a apresentação das conclusões.

A Feira do Mar foi inaugurada pelo Secretário de Estado das Pescas, João Marçal Alves, que não hesitou em deixar palavras de apreço e de encorajamento à Organização. Na ocasião, foi assinado o protocolo de cooperação entre a Associação Industrial Portuguesa e a Câmara Municipal, apontando para 1992 a realização em Aveiro da "EXPOMAR — Salão Internacional das Pescas e do Mar". Subscreveram o documento, respectivamente, Manuel Teles, Vice-Presidente da AIP, e o Presidente da Edilidade Aveirense.

A Comissão Executiva, para levar por diante a Feira do Mar, contou com o decidido apoio dos antigos elementos da Aviação Naval (1918-1952), Hobby - Model - Rádio Modelismo, Clube dos Galitos, Clube de Vela da Costa Nova, Associação dos Subaquáticos, Museu de Ílhavo, Estaleiros de São Jacinto, José Tróia, João Maria Vilarinho, Sodoca, Manuel Miranda Milheirão, Associação de Canoagem de Aveiro, Cooperativa Cultural e Recreativa da Gafanha da Nazaré e Rádio Terra Nova.

Trazemos para aqui as palavras escritas pelo Dr. José Girão Pereira, Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, para o folheto da Feira do Mar:

— “Encerrado o ciclo anual de feiras e exposições, que hoje em dia ocupa quase permanentemente o nosso modesto parque de exposições, numa aproximação crescente à realidade económica e social de Aveiro, surge agora a Feira do Mar, um certame que faltava numa cidade que mantém uma relação íntima e multissecular com o mar, a ria e as actividades que lhe são próprias.

Não valerá a pena demorarmo-nos muito sobre a importância social, económica e, até, cultural de todas essas actividades ao longo dos tempos, tão evidente e manifesta ela é um pouco por todo o lado. Basta atentar-se no folclore, na própria toponímia da cidade, na estrutura do comércio e da indústria local ou mesmo na caracterização das actividades desportivas.

Depois, e ainda que não houvesse outros motivos, a simples proximidade do mar, a convivência quotidiana com a ria e a existência, paredes meias com a cidade, de um complexo portuário de peso e importância crescente no contexto nacional, que, apesar das contrariedades, continua a desenvolver-se, seriam razões mais que suficientes e justificativas deste certame, que o sector de feiras da Câmara tinha há muito em carteira, mas que só este ano encontrou condições propícias à sua realização e os indispensáveis apoios.

Tratando-se de uma primeira edição, mais facilmente se entendem — e terão de ser desculpados — eventuais erros e insuficiências, as lacunas que patenteia e, também, umas quantas ausências, pelas quais não cabe à Organização responder.

Aos expositores presentes e a todos quantos de uma forma ou de outra colaboraram com a Câmara, a Comissão de Gestão e o Secretariado Permanente de Feiras e Exposições, em mais este esforço de diversificação dos certames e de promoção das actividades económicas da região, o presidente da Câmara Municipal de Aveiro deve uma palavra de agradecimento, que aqui fica expressa, a par com a convicção de que também esta Feira do Mar representa apenas um começo.

Quicá o primeiro ensaio de um certame com futuro, que Aveiro merece, há muito tempo!”

Por seu turno, é do Vereador Prof. Celso dos Santos o seguinte texto:

— “Há já algum tempo que se vinha pensando numa feira relacionada com o Mar. De facto, sendo Aveiro um dos principais portos do País, tendo à sua volta toda a grande indústria afecta ao sector, impunha-se a realização de uma “Feira do Mar”.

Assim, desenvolvido todo um trabalho que obrigou a alguns esforços, aí está uma nova feira, mais uma iniciativa que, além de permitir a amostragem de mais um sector de actividade económica, completa um calendário que nos propusemos concretizar e que esperamos tenha contribuído decisivamente para dignificar o Parque de Feiras e Exposições, bem como correspondido aos interesses dos expositores.

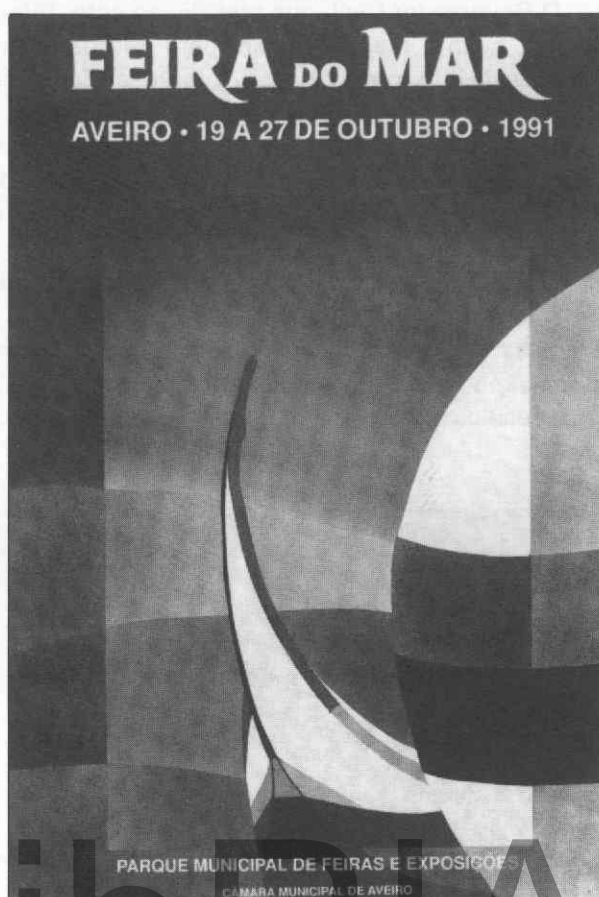
A “Feira do Mar” desenvolve-se em dois sentidos. Um com uma finalidade cultural, recreativa e lúdica que ocupará um dos pavilhões e o outro corresponde à exposição normal.

Paralelamente teremos um colóquio sob o tema geral — “O Peso da Indústria da Pesca e outras ligadas ao sector e o seu contributo para a economia da Região” em que participam várias personalidades ligadas ao sector e que será presidido pelo Sr. Director Geral das Pescas.

O programa aponta ainda para a presença da Gastronomia, que esperamos corresponda aos gostos dos visitantes.

A presença de Sua Excelência, o senhor Secretário de Estado das Pescas, Dr. João Marçal Alves, muito nos honra, pelo que deixamos aqui expresso o nosso reconhecimento.

E, porque se trata da última feira do ano de 1991, é meu dever, em nome da Comissão de Gestão do Parque de Feiras, registar o empenhamento sempre



Cartaz da Feira do Mar
(Design: João Portugal)

renovado de todos os que contribuíram para a concretização do Calendário de Feiras. Estão nestas circunstâncias os operários, técnicos e administrativos, aos quais deixo uma palavra de muito apreço e de agradecimento”.

Comissão Executiva: — Prof. Celso dos Santos (Presidente); Fernando Ribau (ADAPI); Arq. José Quintão e Gonçalo Sé (GRUA); Alexandrina Maximino e Irene Bárto (Secretariado); João Portugal (Gabinete de Design); Dr. Emanuel Cunha (Serviços da Cultura); Elmano Ramos e Eng. Acílio Vitória (Armazéns Gerais); e Artur Oliveira (Sector de Jardins).

INFORAV / 91

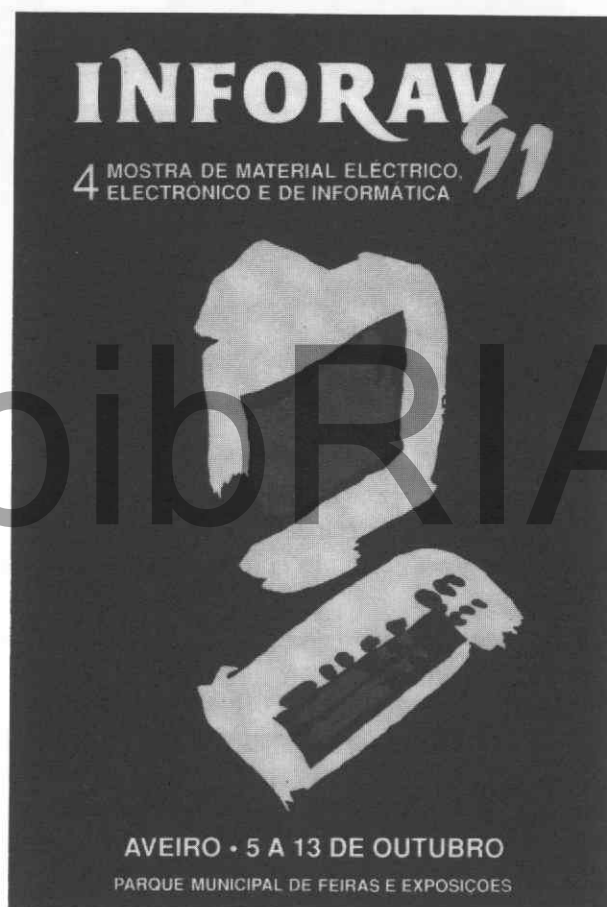
A IV Mostra de Material Eléctrico, Electrónico e de Informática — INFORAV / 91 — foi inaugurada no dia 5 de Outubro, no pavilhão octogonal do Parque Municipal de Feiras e Exposições, e encerrou no domingo seguinte, 13 de Outubro. Os empresários, trabalhadores de escritórios e oficinas, amantes e curiosos de tais instrumentos puderam visitar e examinar o material exposto.

Merece destaque a presença do Museu Nacional da Ciência e da Técnica, da Telecom- Portugal e do Instituto da Juventude, que se associaram a esta iniciativa da Câmara Municipal de Aveiro.

Na sessão de abertura estiveram entidades diversas, como o Governador Civil do Distrito, Dr. Gilberto Madail, o Vereador do Pelouro da Cultura do Município Aveirense, Prof. Celso dos Santos, o Vereador do Pelouro da Cultura de Ílhavo, Cravo da Rocha, o Delegado do Instituto da Juventude, Dr. Gil Nadaís, e o Vigário Geral da Diocese, Mons. João Gaspar.

O Governador Civil, que presidiu ao acto, referiu que “esta iniciativa se deve manter, quanto mais não seja, para que os aveirenses compreendam que têm soluções de informática junto de empresas da região”. O Vereador Municipal diria, por sua vez, que o certame vinha ao encontro dos jovens e dos empresários, que procuram as novidades que podem encontrar na zona, em termos de informática avançada; aludindo ao “stand” do Museu Nacional da Ciência e da Técnica, explicou que ele serve para os visitantes compararem o material antigo com os meios modernos.

O certame, que foi visitado por mais de dez mil pessoas — sobretudo jovens, motivados pelos computadores — incluiu duas mostras paralelas, de grande interesse: uma colecção de rádios antigos, do aveirense António Eduardo Cascais, e uma exposição de máquinas de escritório antigas, do Museu Nacional da Ciência e da Técnica.



Cartaz da INFORAV / 91
(Design: João Portugal)

Retiramos do folheto da INFORAV / 91 as palavras de abertura, assinadas pelo Prof. Celso dos Santos:

— “Há cinco anos, por força de uma nova maneira de ver e sentir as vantagens resultantes de um Parque de Exposições e Feiras com actividade permanente, programada, e ainda pelo respeito e consideração que nos merecem todos os que investem em Aveiro e sua Região, passámos a dispôr de um calendário anual de feiras, organizado com antecedência razoável e devodamente divulgado.

Com algumas dúvidas sobre a viabilidade da INFORAV, decidimos inseri-la no calendário. Sentíamos que as técnicas modernas representam um sector altamente interessante para a Região a qual, caracterizando-se pela sua indústria, nela a informática e a electrónica assumiam especial relevo.

Em boa hora ocorreu a iniciativa.

Pela quarta vez consecutiva, o sector dá resposta positiva, apresentando-se em elevado número na Inforav / 91 que abre no próximo dia 5 de Outubro.

Convidamos todos a visitarem o certame agradecemos a presença dos expositores e a todos os que com o seu esforço contribuíram para a sua realização''.

Comissão Executiva: — Vereador Prof. Celso dos Santos; Arq. José Quintão (Gabinete de Arquitectura); António José Bartolomeu (Gabinete de Topografia); Dr. Emanuel Cunha (Serviços de Cultura); João Portugal (Gabinete de Design); Elmano Lopes Ramos, Justino Tomás Ribeiro e Eng. Acílio Vitória (Armazéns Gerais).

Secretariado: — Alexandrina Maximino e Irene Bártolo.

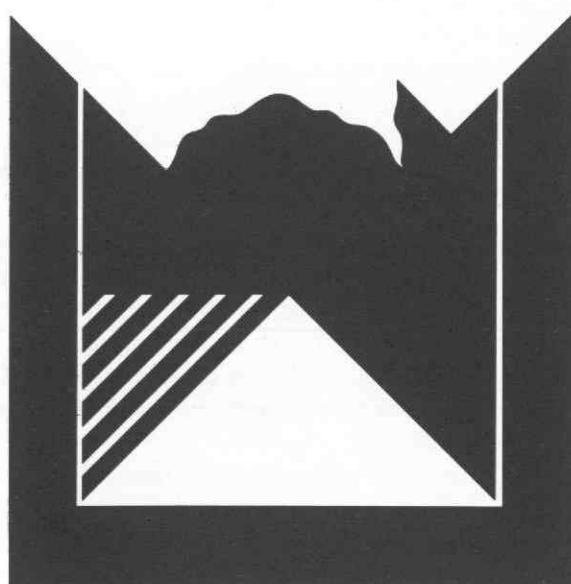
Gabinete de Imprensa: — José Carlos Maximino.

II BIENAL INTERNACIONAL DE CERÂMICA ARTÍSTICA

Organizada, como a edição anterior, pelos Serviços de Cultura da Câmara Municipal, realizou-se em Novembro a II Bienal Internacional de Cerâmica Artística; a abertura realizou-se na tarde do dia 2, mantendo-se até ao último dia do referido mês. Montada no pavilhão octogonal do Parque de Feiras e Exposições, a Bienal teve o interesse, o cuidado e o trabalho de um grupo de artistas locais e de outras pessoas, para que nada ficasse ao sabor do amadorismo ou do acaso.

Entre as várias centenas de obras apresentadas, um júri seleccionou aquelas que foram expostas e que deram ideia de diversas tendências que, no domínio da cerâmica, se notam a nível mundial.

Além das obras concorrentes, a exposição contou com a presença de trabalhos do galego Xoar Viqueira, convidado pela Comissão Organizadora, que, sendo grande expoente da cerâmica artística espanhola, foi quem obteve o 1.º prémio na I Bienal.



Cartaz da II Bienal
(Design: Artur Fino)



Segundo Prémio ex-aequo,
de Vira Xiner

biblioteca

Em palavras de “Apresentação”, escreveu o Dr. José Girão Pereira, Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, no respectivo catálogo:

— “Uma das artes seculares e tradicionais existentes entre nós — certamente a de mais relevância — é a cerâmica.

Desde os mais antigos vestígios cerâmicos, que encontramos na região e que remontam à ocupação romana, até às modernas fábricas perduram por aqui traços indeléveis, demonstrando que Aveiro sempre revelou uma vocação instintiva para modelar a argila.

Era o barro dos oleiros que, no séc. XVI, se estendia para sul das muralhas, cuja classe se agrupava numa confraria que participava em manifestações de carácter religioso, com o juiz e a respectiva bandeira privativa, onde se via a figuração das patronas Santa Justa e Santa Rufina, e em manifestações de carácter lúdico e popular como a «Dança dos Oleiros»; eram as freiras dos conventos do burgo, que do barro faziam pequenas imagens devocionais, figurinhas de presépios e personagens miniaturais de calvários; eram os numerosos artistas que produziam belíssimas peças de fino recorte artístico; eram — e são — as fábricas de cerâmica que, a partir do séc. XVIII, se foram estendendo por Aveiro, donde saíram raras peças de faiança, ricos objectos de porcelana e artísticos painéis de azulejo, que continuam a levar a todo o mundo a qualidade estética, a harmonia de formas, o nome de Aveiro...

Esta ambiência criou os pressupostos necessários para a realização de exposições próprias, como as duas «Mostras de Cerâmica Artística e Decorativa», que se ficaram a dever à iniciativa da Associação de Defesa do Património da Região de Aveiro — ADERAV, com o apoio da Câmara Municipal de Aveiro.

O sucesso alcançado por tais exposições levaram o Município a abalançar-se na realização de uma mostra de nível internacional, que se concretizou em 1989 e que alcançou êxito invulgar, traduzido na participação de artistas nacionais e estrangeiros, na alta qualidade de peças expostas e no elevado número de visitantes.

Eis agora a «II Bienal Internacional de Cerâmica Artística» que decorrerá, nesta cidade, de 2 a 30 de Novembro de 1991. A credibilidade da estrutura organizativa, aliada ao seu indiscutível valor, concitou mais uma vez a atenção e o interesse de artistas de reconhecida craveira nacional e internacional.

Assim, estarão expostas 147 peças pertencentes a 77 artistas de Alemanha, Argentina, Austrália, Austria, Bélgica, Brasil, Bulgária, Coreia do Sul, Espanha, Finlândia, Grécia, Holanda, Hungria, Israel, Itália, Jugoslávia, México, Polónia, Portugal, Roménia, Suíça e U.S.A..

Resta-nos agradecer a disponibilidade manifestada pelos membros do Júri, que muito contribuíram para o prestígio da Bienal através de uma apreciação rigorosa e muito justa; aos trabalhadores municipais que, com o seu dinamismo e dedicação, conseguiram dar corpo a este importante salão; aos membros da Comissão da Bienal que, com o seu empenho, colaboraram com a Autarquia na concretização deste notável evento; às empresas e instituições que, acreditando no nível deste acontecimento artístico-cultural, aceitaram convergir connosco para que a Bienal constituísse um êxito.

Finalmente... a nossa gratidão a todos os artistas — nomeadamente ao artista convidado — que enriqueceram com o seu concurso esta II Bienal Internacional de Cerâmica Artística de Aveiro”.

Patrocinadores: — Portucel; Banco Comercial Português; Hotel Imperial; Sociedade Portuguesa de Seguros; Região de Turismo da Rota da Luz; Instituto do Emprego e Formação Profissional; Daniel S. B. Vasco (Despachante Oficial); Braga Alves (Despachante Oficial).

Comissão Organizadora: — Dr. José Girão Pereira; Prof. Celso Augusto Baptista dos Santos; Mons. João Gonçalves Gaspar; Coronel Cândido Teles; Pintor Artur Fino; Dr. Henrique Vaz Duarte; Dr. João Branco; Pintor Jeremias Bandarra; Dr. Amaro Neves; Dr. Énio Semedo; Dr. Vasco Branco; Eng.º Faria Frasco; Dr. Emanuel Moreira da Cunha.



Sessão solene da
inauguração da II Bienal

Na visita à II Bienal



Comissão Executiva: — Artur Fino; Elmano Ramos; Emanuel Cunha; Fernando Silva Ferreira; Jeremias Bandarra; João Portugal; Maria Luísa Andias.

Constituição do Júri: — Mestre Júlio Resende; Pintor M. Casal Aguiar; Ceramista Xoa Viqueira; Dr. Vasco Branco; Dr. Joaquim Matos Chaves.

Secretariado: — Maria Luísa Andias; Alexandrina Maximino; Paula Cardoso; Irene Bártolo.

Tradução: — Celso Manuel Santos; International House; Royal School of Languages (Escola de Línguas de Aveiro).

PRÉMIOS E MENÇÕES HONROSAS:

1.º Prémio ex-aequo: — Pop Eugénia (Roménia); Cecília de Sousa (Portugal).

2.º Prémio ex-aequo: — Elvira Gimenez Giner (Espanha); Gerda Gruber (México).

3.º Prémio: — Diana Toderás (Hungria).

Menções Honrosas: — Alberto Vieira (Portugal); Young Shick Kwon (Coreia do Sul); Ramon Oscar Muñoz (Argentina); Jesus Pastor del Castaño (Espanha); Anisabel Sá Fernandes (Portugal); Maria Florbela Conceição Silva (Portugal); António Bota Filipe Viegas (Portugal); Ferreira da Silva (Portugal); Marc Verbruggen (Bélgica).

Dados Estatísticos: — Inscrições entradas, 162; Artistas cujas peças foram recusadas, 79; Peças recusadas, 159; Artistas com peças aceites, 82; Artistas a expôr peças, 77; Peças expostas, 147; Países representados, 22 (Alemanha, Argentina, Austrália, Áustria, Bélgica, Brasil, Bulgária, Coreia do Sul, Espanha, Finlândia, Grécia, Holanda, Hungria, Israel, Itália, Jugoslávia, México, Polónia, Portugal, Roménia, Suíça e (U.S.A.).

Notícias breves

Julho, 8	A Câmara Municipal de Aveiro deliberou conceder um subsídio de cem mil escudos ao Núcleo de Jovens da Oliveirinha, para apoio de diversas iniciativas. Na mesma reunião, foi também deliberado conceder um apoio de cem mil escudos à Associação de Jovens de São Bernardo.	Associações de jovens
Julho, 15	Foi concedido um subsídio de duzentos e cinquenta mil escudos à Sociedade Musical de Santa Cecília, de São Bernardo. Na mesma ocasião foi deliberado apoiar a Fanfarra de São Bernardo com a importância de quinhentos mil escudos para as obras levadas a efeito na sede.	Mais subsídios
Agosto, 5	A Edilidade deliberou adquirir a Carlos Henriques Pelicas cem cópias VHS do videograma «Um olhar sobre Aveiro», bem como as respectivas capas de cassetes e embalagens.	«Um olhar sobre Aveiro»
Agosto, 26	Tendo em vista o estado de degradação em que se encontra um edifício de traça antiga, situado na Rua do General Costa Cascais, em Esgueira, foi deliberado encetar contactos com os seus proprietários para a execução de obras de reparação e, ainda, encarregar os Serviços de Cultura de iniciarem o processo para a sua classificação.	Zona antiga de Esgueira
Setembro, 2	A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, adquirir cinco exemplares do livro "Dominicanos em Portugal", destinando-os à Biblioteca Municipal; nele há muitas e valiosas referências ao Convento de Nossa Senhora da Misericórdia, de Aveiro.	Aquisição de livros
Setembro, 13	Foi inaugurado o troço da via rápida do IP5, que estabelece a ligação entre Aveiro e o nó da auto-estrada do Norte, em Albergaria-a-Velha.	Via rápida
Outubro, 10	Foi deliberado apoiar a digressão artística do Coro de Câmara de Lobos, que vem a Aveiro realizar um concerto.	Apoio a um Coral
Novembro, 4	A Vereação Municipal deliberou conceder um subsídio, com vista à execução de uma série de postais ilustrados, considerada a qualidade e beleza dos trabalhos de recolha sobre património histórico, feitos pelos alunos do 9.º ano dos Programas Pedagógicos da Escola Secundária n.º 1, de Aveiro.	Postais ilustrados
Novembro, 11	Foi deliberado contactar o proprietário do terreno onde se encontra o monumento "Mamoia de Mamodeiro", a fim de se poder avançar com as escavações; elaborar um projecto para ser entregue no Instituto da Juventude, em ordem a serem custeadas as despesas com os jovens que irão trabalhar no local; pagar a estadia de dois arqueólogos, durante quinze dias; e dar o apoio logístico que vier a ser necessário.	Mamoia de Mamodeiro
Dezembro, 9	Sendo intenção da Secretaria de Estado da Cultura criar orquestras regionais, a nível nacional, foi deliberado que se oficiasse no sentido de a Orquestra de Câmara de Aveiro ser considerada de interesse regional, dado o elevado nível que já atingiu durante os seis anos da sua actividade, no país e no estrangeiro.	Orquestra de Câmara de Aveiro
Dezembro, 16	A Câmara Municipal de Aveiro deliberou considerar, em princípio, aprovada a transferência do monumento a José Rabumba, com a sua nova implantação na praça que tem o seu nome.	José Rabumba



FESTAS DO MUNICÍPIO

9-24 de Maio de 1992

Desporto — Folclore — Música
Cultura — Colóquios — Regatas
Animação popular

Missa na Catedral — Procissão pública
Cerimónias Religiosas

12 de Maio de 1992

FESTAS DE SANTA JOANA



VISITE AVEIRO